

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano V - n.º 45 - maio 2014

ISSN 2238-3476

JUSTIÇA EM CAMPO

Considerado o maior evento esportivo do planeta, a Copa do Mundo mobiliza Judiciário brasileiro antes, durante e depois das partidas de futebol



AMPLIAÇÃO

Instalada Subseção Judiciária de Corrente, no Piauí



DECISÃO

Fisioterapeuta não pode assinar laudo médico

NENHUMA
MUDANÇA VEM
DO SILÊNCIO.

MULHER,
FAÇA PARTE
DA POLÍTICA.
FAÇA PARTE
DA SOLUÇÃO.

VEM
PRA
URNA

Ao leitor

Sessenta anos depois de sediar pela primeira vez uma copa do mundo, chegou a hora de o país do futebol mostrar a todos que, além de ser bom de bola, sabe organizar um evento de grande porte e receber com hospitalidade. Desde que foi escolhido país-sede da Copa do Mundo 2014, em outubro de 2007, o Brasil atraiu para si todos os olhares da imprensa nacional e internacional, que passou a acompanhar, dia a dia, a forma como o país se preparava para receber o mais importante evento esportivo do planeta. Em meio a críticas de toda ordem, denúncias de desvios de verbas, superfaturamento de obras e inúmeras manifestações de populares contrários à realização do evento – reflexo da insatisfação generalizada com a falta de investimento em saúde, educação e segurança que tomou as ruas –, a segunda Copa do Mundo em território brasileiro vai mesmo acontecer. As mazelas se contrapõem aos avanços prometidos e esperados em infraestrutura, mobilidade urbana e, principalmente, no turismo, que prevê uma movimentação de cerca de três milhões de brasileiros e 600 mil estrangeiros nas 12 cidades-sede durante o mundial. Sem dúvida, um evento que vai mexer com a vida de todos, favoráveis ou contrários à sua realização.

Em clima de copa do mundo, e em razão das eventuais demandas judiciais decorrentes do expressivo fluxo de estrangeiros no país, a Primeira Região em Revista escalou o jornalista Ricardo Cassiano para mostrar, em reportagem especial, como o Judiciário Brasileiro vem se preparando para o período. Para se ter ideia, antes mesmo de a seleção brasileira entrar em campo, o time da Justiça Federal já lidou com inúmeros processos relacionados ao evento, decorrentes de ingerências da Fifa na legislação nacional. E essa participação do judiciário federal não para por aí. Confira na reportagem.

Nesta edição você vai acompanhar também a entrevista do desembargador federal Reynaldo Fonseca sobre seus planos para enfrentar o novo desafio assumido, que é o de coordenar os Juizados Especiais Federais da Primeira Região neste biênio. Ele leva na bagagem a experiência bem-sucedida da coordenação do Sistema de Conciliação (Sistcon) da Primeira Região e pretende intensificar o trabalho dos juizados com novos mutirões e itinerantes em locais aonde a Justiça Federal ainda não chegou.

São notícias, ainda, a ampliação da Justiça Federal no Piauí, com a instalação da Subseção Judiciária de Corrente, e em Goiás, com a inauguração de mais uma vara federal na Subseção Judiciária de Anápolis, que também foi contemplada com uma nova sede; os limites da profissão, quando o Judiciário tem que intervir para delimitar as atribuições de uma categoria profissional; entre outros assuntos que movimentaram o TRF e o primeiro grau.

Uma boa leitura.

Ivani Morais
Assessora de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

CÂNDIDO RIBEIRO - Presidente
NEUZA ALVES - Vice-Presidente
CARLOS MOREIRA ALVES - Corregedor Regional da 1.ª Região

DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN
OLINDO MENEZES
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
ITALO MENDES
JOSÉ AMILCAR MACHADO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
MARIA DO CARMO CARDOSO
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES
NOVÉLY VILANOVA
NEY BELLO
CANDIDO MORAES

Diretor-geral da Secretaria:

Carlos Frederico Maia Bezerra

Secretário-geral da Presidência:

Deyr Gomes Júnior

Conselho Editorial:

Secretário-geral – Deyr Gomes Júnior
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora de produção de jornal – Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora de Imprensa – Martha Hormann
Assistente Técnico VI – Mara Bessa
Supervisora de mídias digitais – Cláudia Bernal

Editora-Chefe

Ivani Morais

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Claudia Bernal (Reg. Prof. DF 8222198), Euvaldo Pinho, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686) e Vera Carpes

Estagiários

Adriano Lima, Aline Oliveira e Rhayne Ravanne

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região e Gildete Silva

Revisão

Mara Bessa e Lúcia de Souza

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Mauro Putini, Proforme, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP

Studio produções gráficas

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br



IMAGENS/INTERTEARTE, JORDÂNIA J. ALVES

12 | Copa

Copa do Mundo:
mobilização extra no Judiciário brasileiro

Acesse www.trf1.jus.br

Serviços

- Endereços e Telefones
- Peticionamento Eletrônico
- Citação e Intimação
- Cálculo de Custas e Despesas Processuais
- Certidão Online
- RPV e Precatórios
- Diário da Justiça
- Plantão Judicial
- Ouvidoria

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)-
- Brasília : TRF-1ª Região, 2010- .
v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900

Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom.trf1@trf1.jus.br



MAYRO PUTINI

38 PAINEL

Subseção Judiciária de Anápolis inaugura nova sede e amplia o quadro de varas federais



EVALDO PINHO

42 POR AÍ

Nos Lençóis Maranhenses



INTERNET

54 SAÚDE

Massagens relaxantes no trabalho

6 ENTREVISTA

Desembargador federal Reynaldo Fonseca fala sobre a nova missão de coordenar os Juizados Especiais Federais na Primeira Região

41 MOBILIDADE

Tribunal lança projeto “Vem de bike que é legal”

24 INTEGRAÇÃO

III Encontro de Diretores das Secretarias de Administração e de Varas da Primeira Região

36 BIÊNIO 2014-2016

Na Primeira Região, o Gabinete da Revista, os Juizados Especiais Federais, o Sistema de Conciliação e a Escola de Magistratura Federal têm novos dirigentes

46 PANORAMA PRIMEIRA REGIÃO

Um giro pelas decisões judiciais das seções e subseções judiciárias



RAMON PEREIRA

Para quem reúne as experiências vividas à frente do movimento pela conciliação e da implantação do SistCon, na Primeira Região, o desembargador federal Reynaldo Fonseca fala do seu mais novo desafio: conduzir a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Cojef) no biênio 2014/2016

Criados em 2001, pela Lei 10.259, os Juizados Especiais Federais (JEFs) surgiram com o intuito de aproximar a Justiça Federal do cidadão, especialmente da população carente, contribuindo para a pacificação social. Na esfera cível, compete aos JEFs processar, conciliar e julgar causas em que o valor não exceda 60 salários mínimos. No âmbito penal, cabe aos Juizados processar e julgar feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo em que a lei prescreva pena máxima não superior a dois anos ou multa. Pode parecer pouco, mas essas causas já representam 43% dos feitos que tramitam na Justiça Federal. Em números reais, dos 2.395.421 processos em tramitação na 1.ª Região, 655.447 estão nos JEFs e 364.614 nas Turmas Recursais.

A inovação dos itinerantes, que levaram o juiz até o jurisdicionado mais afastado das capitais, pelas rodovias, estradas de chão e até sobre embarcações, fez cair a imagem de uma justiça frígida e impessoal. Hoje, 12 anos após sua implantação, os Juizados Especiais Federais representam uma das maiores revoluções do Judiciário brasileiro. E o desafio de chegar aonde a justiça ainda não chegou é uma das metas do desembargador federal Reynaldo Fonseca que assumiu, no último dia 23 de maio, a coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef) da Primeira Região.

Os JEFs constituem um ambiente propício à conciliação. E o elevado número de processos em tramitação é prova de que os Juizados caíram no gosto do cidadão. De acordo com os dados do Sistema de Conciliação da Primeira Região (SistCon), dos 105.168 acordos homologados no ano passado 92.267 foram feitos na extensão dos Juizados. O estado com mais acordos realizados foi o do Pará (20.841), seguido do Maranhão (19.115). Em 2014, somente no primeiro quadrimestre, já são mais de 30 mil acordos homologados. A expectativa é a de que os números de 2014 superem em muito os de 2013. Para este ano, estão previstos diversos Juizados Itinerantes e mutirões nas 14 unidades federativas que compõem a Primeira Região.

Nas próximas páginas, o sétimo coordenador dos JEFs faz uma avaliação dos resultados obtidos até hoje, destaca o excelente trabalho desenvolvido pelos coordenadores que o antecederam e aponta os mutirões como ferramenta essencial para liquidar processos represados e reduzir a atual demanda do Judiciário. Reynaldo Fonseca também fala sobre o futuro dos JEFs, os desafios e as medidas que serão adotadas a fim de garantir uma melhor prestação jurisdicional aos cidadãos.

No dia 23 de maio, o senhor assumiu a coordenação dos Juizados Especiais Federais para o biênio 2014/2016. Quais são os planos para esse novo desafio?

É realmente um grande desafio na minha trajetória de vida. Recebi o convite do presidente, desembargador federal Cândido Ribeiro, e o incentivo total da minha antecessora e atual vice-presidente da Corte, desembargadora federal Neuza Alves, com grande alegria; mas tenho consciência de que a responsabilidade é muito grande. Com o apoio de todos, creio firmemente que os Juizados Especiais continuarão a dar um novo olhar à Justiça Federal e a tornar visíveis os invisíveis.

A Cojef atualmente é composta por 23 turmas recursais, conta com 51 varas de juizados e 117 juizados adjuntos (sendo 92 adjuntos a varas de interior, 21 adjuntos a varas criminais e quatro varas ambientais), além da Turma Regional de Uniformização – TRUJEF. São mais de 300 magistrados envolvidos com a construção e a consolidação dos JEFs.

Para este ano, estão previstos diversos Juizados Itinerantes e mutirões nas 14 unidades federativas desta Região.

O Regimento Interno do TRUJEF precisa ser revisto pelo Tribunal. Colegas de primeiro grau, liderados pelo juiz Murilo Fernandes (SJM), juiz auxiliar da Cojef, apresentaram um excelente texto. Pretendo levar, dentro de pouco tempo, ao Colegiado, para exame e aprovação.

Devemos propor, em breve, ao TRF1 e ao Conselho da Justiça Federal (CJF) a criação das Turmas Recursais em Roraima e no Amapá, pois vivemos em uma República Federativa, a instalação de mais uma Turma Recursal no Piauí e outra em Mato Grosso, considerando os debates já travados na Corte Especial deste Tribunal, no passado recente. Precisamos, igualmente e com urgência, fortalecer a estrutura administrativa das Turmas Recursais com cargos de servidores e com pelo menos duas funções de assessoramento para cada relator.

Há, também, um movimento político forte no sentido de extinguir ou reduzir bem a competência constitucional delegada (CF/88) e de que as ações da competência dos Juizados Especiais, especialmente na área previdenciária, tenham o tratamento especial e preferencial prometidos. Por exemplo, que as Turmas Recursais Federais passem a examinar inclusive os recursos oriundos de sentenças lavradas pelos colegas da Justiça Estadual, no exercício da competência federal. No ponto, o Parlamento espera a contribuição da Justiça Federal e das associações nacional e regionais da magistratura federal.

Temos muitos desafios, portanto. Para que tais idéias ocorram no plano prático, necessitamos, todavia, estruturar melhor os JEFs, especialmente no 2.º grau (Turmas Recursais). O diálogo com os juizes federais, com os parceiros (partes), com os conciliadores, servidores e prestadores de serviço e o apoio da Administração do TRF1, do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do CNJ serão fundamentais. A história dos JEFs é composta de sonhos, desafios concretos, trabalho árduo, utopia e realidade. Recorde-se Cervantes, a propósito: Quando se sonha sozinho, é apenas um sonho... Quando sonhamos juntos, é o começo da realidade”.

O senhor esteve à frente do Sistema de Conciliação na Justiça Federal da Primeira Região. Qual o balanço desse período (2010/2012 e 2012/2014)? O que pretende levar dessa experiência para os Juizados?

Nessa indagação, lembro-me do grande poeta português Fernando Pessoa:

TEMPO DE TRAVESSIA

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,

Que já têm a forma do nosso corpo,

E esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares.

É o tempo da travessia;

E se não ousarmos fazê-la,

Teremos ficado para sempre

À margem de nós mesmos.

Somente a tessitura vaporosa da alma humana é capaz de entender tal sentimento. Efetivamente, abandonamos as roupas usadas e procuramos um novo caminho para a Justiça Federal. Começamos sem absolutamente nada, apenas com a boa vontade de juizes, servidores e parceiros. Aos poucos, fomos rompendo paradigmas e consolidando no imaginário da Justiça Federal a alternativa não adversarial para a solução dos conflitos. Os resultados falam por si: nos últimos três anos, a Primeira Região alcançou aproximadamente 300.000 conciliações homologadas (cerca de 1,5 milhão de pessoas beneficiadas). As centrais de conciliação começam a ter caráter e estrutura permanentes. Os núcleos estaduais chegam às subseções judiciárias. O SistCon inicia a meta pré-processual na perspectiva da redução efetiva da litigiosidade. As matérias conciliáveis foram alargadas.



Agora, o momento é de consolidação e de nova guinada histórica. Com certeza, a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, com o apoio de todos, fará muito melhor pelo SistCon, a fim de que a travessia da Justiça Federal tenha sempre esse olhar de superação e de reconstrução dos laços fraternos da humanidade.

Para os Juizados Especiais Federais, pretendo intensificar a cultura do diálogo com os parceiros. Os JEFs constituem um ambiente propício à conciliação. Esses juizados são um importante meio de acesso à justiça, pois permitem aos cidadãos buscarem soluções para seus conflitos cotidianos de forma rápida, eficiente e gratuita. Na esfera federal, os juizados cíveis conciliam e julgam as causas da Justiça Federal até o limite de 60 salários mínimos, exceto as causas dispostas nos incisos I, II, III e IV, § 1.º, art. 2.º, da Lei n.º 10.259/01. No ano passado (2013), foram mais de 90.000 conciliações homologadas nos JEFs da Primeira Região.

Em entrevista concedida à Primeira Região na TV, o senhor afirmou: “Vamos continuar também, persistentemente, com os mutirões dos juizados especiais, os itinerantes e chegar aonde a justiça ainda não chegou.” Como o senhor pretende dar continuidade a essa iniciativa?

Lembro-me, a propósito, da inesquecível pioneira nos Juizados Especiais Federais, desembargadora federal Selene Maria de Almeida, ao insistir sempre, em seus dis-

“

Conquistou-se, assim, a presença do juiz permanente nas TRs. Todavia, não se ampliou o quadro funcional. Esse é o atual desafio da JF: estruturar concretamente as TRs com cargos efetivos de servidores, tal como já ocorre com as varas (JEFs, inclusive) e com os tribunais regionais.

”

ursos, no início deste milênio: “É preciso tornar visíveis os invisíveis”. Com efeito, quando se realiza um Itinerante no Jalapão (TO), por exemplo, e constata-se que existem pessoas, acometidas de hanseníase, que sequer possuem certidão de nascimento, percebe-se como a itinerância da Justiça é fundamental, especialmente nas regiões mais necessitadas do País. Não se trata de um discurso ideológico, como pensam alguns operadores do Direito. O Brasil não se resume a São Paulo ou a Brasília. O brasileiro do norte ou da fronteira não é menor ou pior do que os paulistas, os mineiros, os gaúchos, os cariocas ou os brasilienses. A Constituição da República assegura a construção de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária. Esse é o nosso compromisso como ente estatal e membro do tecido social.

Dito isso, posso afirmar que, diante da impossibilidade de a Justiça Federal ter a capilaridade que deveria ter, por razões orçamentárias principalmente, a atual administração da Cojef vai insistir, sim, e muito na itinerância da Justiça.

Para este ano (2014), estão programados JEFs Itinerantes no AC - Feijó; AP - Tartarugalzinho; RO – Extrema, distrito de Porto Velho; PA - Alenquer; PI - Esperantina e MT - Juína (Projeto Caravanas).

Os mutirões serão implementados na medida das necessidades e das possibilidades. No último dia 31 de maio, por exemplo, concluímos um grande mutirão previdenciário em São Luís-MA, com aproximadamente 8.000 audiências designadas. Das efetivamente realizadas, mais de 4.500 foram resolvidas pela cultura da conciliação, com a média de 65% de acordos e mais de 29 milhões em valores de Requisições de Pequeno Valor expedidos.

Com efeito, a experiência de itinerância da Justiça, iniciada pela desembargadora federal Selene Almeida, merece aplausos e será mantida pela atual administração da Cojef. É lógico que de acordo com as possibilidades orçamentárias da Presidência do Tribunal e das recomendações técnicas da Corregedoria Regional. Trabalharemos sempre em parceria e harmonia (Presi, Coger e Cojef).

O senhor é o sétimo desembargador federal a coordenar os juizados federais na Primeira Região, desde que foram implantados há 12 anos. Que avaliação o senhor faz desse período de existência dos Jefs? O que mudou de lá para cá?

Inaugurando, no Collège de France, a 7 de janeiro de 1977, a cadeira de Semiologia Literária, Roland Barthes pronunciou uma aula magna, designada Leçon, texto dado à luz em 1978, que se constituiu no ponto de partida para a “aventura semiológica”, capitaneada pelo consagrado escritor. Nesse texto, o autor compara a alegria com a honra (no sentido de mérito). Barthes disse que sentiu grande alegria por ter sido admitido no Collège de France, pois a honra depende do mérito, já a alegria não. Pois bem, sinto-me profundamente alegre por substituir na Cojef colegas que deram grande parte de suas vidas aos Juizados, cada um ao seu estilo. Selene Almeida, a pioneira, que mudou paradigmas e rompeu barreiras até mesmo no imaginário da Justiça Federal. Ítalo Mendes, que, com sua religiosidade, conseguiu sensibilizar colegas e autoridades para a caminhada fecunda. Antônio Sávio, que insistiu na itinerância da Justiça, na perspectiva republicana. Cândido Ribeiro, que deu largos passos na organização e estruturação dos JEFs e estimulou muito o Movimento Nacional de Conciliação. Tourinho Neto, que estabeleceu metas de produtividade

“Nesses 12 anos de JEFs, muita coisa mudou! A Justiça Federal humanizou-se e não pode mais ser chamada de Justiça das elites.”



RAMON PEREIRA

e aproximou-se mais ainda do tecido social, realizando até mesmo sessões das Turmas Regionais de forma descentralizada. Neuza Alves, que, com seu olhar feminino, preocupou-se com a MelhorAção, com incentivos e prêmios aos operadores do sistema e com a consolidação efetiva do JEFs. A todos eles, minhas homenagens sinceras!

Nesses 12 anos de JEFs muita coisa mudou! A Justiça Federal humanizou-se e não pode mais ser chamada de Justiça das elites. Tem realizado, na verdade, um trabalho extraordinário, inclusive de inclusão social e de incremento econômico nos municípios mais pobres deste País. Do nada, deu-se início à concretização de promessas constitucionais contidas desde o preâmbulo do Estatuto de 1988. Avante! Temos muito ainda a fazer!

Os juizados, apesar da pouca idade e da grande demanda, contam atualmente com o suporte das turmas recursais permanentes criadas pela Lei n.º 12.665, de 13 de junho de 2012. Que benefícios esses órgãos trarão para o jurisdicionado? O que dizer da estrutura dessas unidades julgadoras?

Os Jefs nasceram no início do Século XXI somente com a boa vontade de alguns magistrados, servidores e parceiros. Nem varas existiam. Eram, quase sempre, serviços destacados. Aos poucos, tal realidade foi mudando e hoje já existem 51 Varas e 117 Juizados Adjuntos.

As Turmas Recursais eram, igualmente, serviços destacados, formados por colegas que acumulavam também suas funções originárias nas varas.

Desse modo, as varas agilizaram bem os serviços dos JEFs, mas o segundo grau desse modelo de Justiça mostrou severas deficiências e atrasos. Assim, após grande amadurecimento, o CJF propôs e o Congresso aprovou a Lei n.º 12.665/2012, criando os cargos de juiz federal nas Turmas Recursais, de forma permanente. Que conquista maravilhosa! Agora, oficialmente, os magistrados nas Turmas passaram a ter exclusividade para os JEFs, o que provocará celeridade na entrega da prestação jurisdicional e no cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo.

Conquistou-se, assim, a presença do juiz permanente nas TRs. Todavia, não se ampliou o quadro funcional. Esse é o atual desafio da JF: estruturar concretamente as TRs com cargos efetivos de servidores, tal como já ocorre com as varas (JEFs, inclusive) e com os tribunais regionais.

Da forma como estão estruturadas, as Turmas Recursais terão condições de assumir os recursos oriundos da competência delegada, caso o Congresso Nacional aprove a PEC 244 que autoriza os tribunais regionais federais a delegarem a competência em matéria previdenciária às turmas recursais dos juizados especiais federais? O que o senhor pensa a respeito dessa PEC?

Claro que não. As Turmas Recursais funcionam hoje com uma estrutura funcional extremamente deficitária. Teremos que fazer mutirões de julgamento em diversas localidades, contando com a ajuda dos demais ramos da Justiça Federal, especialmente nas questões relacionadas ao processamento dos recursos.

Sou, portanto, favorável à ideia da PEC 244, mas sua implementação deve depender da prévia estruturação administrativa e funcional das TRs. Sem tal providência, a transferência do acervo processual será apenas formal, sem qualquer consequência prática em termos de resultados.

A conciliação sempre fez parte do dia a dia dos Juizados Especiais Federais. Com o movimento pela conciliação, essa prática foi intensificada. Podemos afirmar que a cultura da conciliação está sedimentada no País?

O movimento de conciliação atualmente está consolidado e é nacional. Nos JEFs, os resultados da conciliação são impressionantes. A Cojef e o SistCon devem ser parceiros. No ano passado, por exemplo, fizemos mais de 2700 perícias conciliatórias em Araguaína-TO. Realizamos diversos mutirões de audiências de conciliação nas varas de JEFs do Maranhão (mais de 5.000, em esforço concentrado em três varas de São Luís) e assim por diante. As Centrais de Conciliação já são uma realidade palpável. O caminho pré-processual é um desafio e está sendo realizado dia após dia.

O JEF ficou nacionalmente conhecido como a Justiça de todos. Essa assertiva faz sentido para o senhor?

Tal assertiva faz todo sentido. O JEF formatou um novo modelo de Justiça Federal. Ficamos mais próximos da população. Saímos dos gabinetes e das bibliotecas e fomos em busca da vida e da felicidade humana para realizar Justiça. Sigamos esse caminho! É o caminho da República, da Federação e da Democracia. ■

Justiça EM CAMPO

JUDICIÁRIO SE MOBILIZA PARA ENFRENTAR DEMANDA EXTRA DE AÇÕES JUDICIAIS DURANTE A COPA DO MUNDO NO BRASIL

RICARDO CASSIANO

O entusiasmo de sediar o maior evento esportivo do planeta, aliado ao bom desempenho da seleção na Copa das Confederações, no ano passado, elevou a confiança do brasileiro na conquista do hexacampeonato mundial: afirmação comprovada em rápida consulta a servidores do TRF da 1.ª Região. Dos quase cinquenta entrevistados, trinta disseram não ter dúvidas de que o Brasil levantará o caneco mais uma vez. “Tudo está favorável para nossa seleção”, disse um agente de segurança do

Tribunal. “Agora, ser campeão é uma questão de honra”, ratificou outra “torcedora”.

Seja qual for o resultado em campo, fora dele os governos federal, estaduais e municipais contabilizam avanços em infraestrutura e mobilidade urbana – ao custo de aproximadamente R\$ 20 bilhões – e, na mesma medida, sofrem duras críticas quanto às carências sociais e ao descompasso de investimentos em serviços públicos essenciais, como educação e saúde. O que



IMAGENS: EGP-RIO E INTERNET/ARTE. JORDÂNIA L. ALVES

poucos sabem, no entanto, é que, além desse rebuliço nas diversas camadas sociais, o Mundial de Futebol também afeta, direta e indiretamente, o funcionamento do Poder Judiciário.

De olho nesse impacto nos tribunais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instalou, em fevereiro de 2013, o Fórum Nacional de Coordenação de Ações do Poder Judiciário para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo, coordenado pelo conselheiro Paulo Teixeira.

Formado por magistrados das 12 cidades que sediarão os jogos, o grupo teve o objetivo de trocar experiências e debater medidas a serem adotadas para conter ou administrar crises e demandas judiciais relacionadas aos eventos esportivos. Inicialmente, o fórum propôs um debate coletivo e, em seguida, foram separados grupos de trabalho específicos de cada um dos três ramos da Justiça envolvidos nas discussões: Justiça Federal, Estadual e do Trabalho.

A ideia foi estruturar as três equipes da maneira mais simples e informal possível. “O grupo tem essa autonomia de se reunir quando achar necessário, de discutir ações comuns, ações isoladas e prioritárias em determinada região”, assinalou o coordenador no âmbito da Justiça Federal, juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira (TR/SJDF). Enquanto a Justiça Federal focou sua atuação em questões relativas ao fluxo de estrangeiros durante a Copa, a Justiça Estadual priorizou o atendimento a turistas nos juizados especiais em aeroportos e a torcedores nos estádios, por meio do Juizado do Torcedor. Coube à Justiça do Trabalho o controle de eventuais greves oportunistas.

ESTRANGEIROS

O grupo da Justiça Federal se reuniu em setembro de 2013, na sede do TRF da 1.ª Região, em Brasília, e em março deste ano em Recife/PE. Não por acaso, as possíveis demandas judiciais decorrentes do fluxo de estrangeiros no País foram tidas como a “maior preocupação” dos juízes federais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), cerca de 600 mil pessoas de outros países devem chegar ao Brasil para a Copa do Mundo. “Essas pessoas vão provocar todo um trabalho de agentes públicos federais, de policiais e agentes da Receita que atuam na alfândega (...), e isso significa que toda vez que houver uma demanda, um conflito nessa relação, haverá repercussão no trabalho da Justiça Federal”, ressalta o juiz Alexandre Vidigal. O magistrado explica que é o Judiciário Federal quem tem competência para analisar todos os imbróglis judiciais relacionados a estrangeiros. E as ocorrências devem crescer, em número, durante a realização do Mundial.

Os problemas mais comuns dizem respeito ao porte de bens, drogas lícitas ou ilícitas, animais e plantas, e de documentos que autorizem o ingresso no País. O que torna o atendimento a essas demandas diferenciado durante a Copa é a maior urgência na resposta judicial. “Imagine que chegue um navio, um cruzeiro, com cinco mil pessoas para desembarcar, e a Anvisa interdita esse navio por algum problema de saúde pública”, exemplifica Alexandre Vidigal. “Tem que decidir logo se o navio vai voltar ou o pessoal vai descer”, completa o magistrado. O mesmo vale para a liberação de passageiros de voos internacionais eventualmente detidos pela Polícia Federal.

GRUPO DE TRABALHO

O grupo de trabalho da Justiça Federal na Copa do Mundo é coordenado pelo juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira (foto), titular da 1.ª Turma Recursal do Distrito Federal, e composto pelos desembargadores federais Aluisio Gonçalves Mendes (2.ª Região) e Nelton dos Santos (3.ª Região), além dos juízes federais Altair Antonio Gregório (4.ª Região) e André Luiz Maia Granja (5.ª Região)



RICARDO CASSIANO

Além dos portos e aeroportos, o grupo de trabalho apontou a necessidade de reforço nas fronteiras terrestres, especialmente para o enfrentamento do tráfico internacional de drogas, do contrabando de armas e do ingresso irregular de estrangeiros. Das quatro localidades de fronteira da Primeira Região, onde há a presença da Justiça Federal, a que mais preocupa é Tabatinga, a Oeste do Amazonas. Vizinho da Colômbia e do Peru, o município tem importância geopolítica maior, historicamente, por também concentrar litígios ambientais relacionados com

FRONTEIRAS

A Justiça Federal da 1.ª Região mantém varas federais de fronteira nos municípios de Tabatinga/AM, Guajará-Mirim/RO, Laranjal do Jari/AP e Oiapoque/AP

a preservação da floresta, a biodiversidade e os direitos de populações indígenas.

Ao ser ouvido sobre as recomendações do grupo de trabalho, o presidente do TRF da 1.^a Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, afirmou que “a Justiça Federal da Primeira Região encontra-se preparada para atender às possíveis demandas judiciais decorrentes do fluxo de estrangeiros durante a Copa do Mundo, por meio do regime de plantão judiciário em primeiro e segundo grau de jurisdição”. O plantão foi instituído pela Resolução n.º 71 do CNJ, de março de 2009 – com a redação dada pela Resolução n.º 152. Em cumprimento à norma, o atendimento aos jurisdicionados ocorre nas dependências do Tribunal, das seções e subseções judiciárias todos os dias em que não há expediente forense, conforme regulamentado pela Corte. Os desembargadores e juízes cumprem escalas definidas com antecedência e divulgadas publicamente para exame de questões urgentes, em que a demora “possa resultar em risco de grave prejuízo ou difícil reparação”.

ANTES, DURANTE E DEPOIS

Apesar de a Copa do Mundo ser vista pelo grupo de trabalho da Justiça Federal como um “produto privado” vendido ao Brasil, seu impacto no setor público vai muito além do período de realização dos jogos. “Nós temos ‘a ver’ com isso, antes, durante e depois”, pontua o juiz Alexandre Vidigal. O “antes” teve início em 2010, quando a presidente da República sancionou a polêmica Lei 12.350, que autorizou a desoneração tributária sobre bens e mercadorias importados “para uso ou consumo exclusivo na organização e realização” da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. “Começou-se a ter toda uma atividade de vinda de mercadorias para o Brasil, de produtos ligados à Fifa, sujeitos a um regime alfandegário especial”, observa o magistrado. Como a isenção refere-se a impostos federais – IPI, PIS e Cofins, entre outros –, coube ao Judiciário Federal a apreciação de todos os processos relacionados ao tema.

Além disso, as varas federais – e, conseqüentemente, os TRFs – abarcaram uma infinidade de outras ações relativas a desapropriações para construção de estádios ou obras de mobilidade urbana, à reintegração de posse de terrenos da União cedidos para pavimentação de rodovias

Competência do Judiciário durante a realização da Copa do Mundo

JUSTIÇA FEDERAL:

- fluxo de estrangeiros (portos, aeroportos e fronteiras)
- danos civis ocorridos por falhas de segurança
- depredação de órgãos públicos federais por manifestantes

JUSTIÇA ESTADUAL:

- juizados especiais nos aeroportos
- juizados do torcedor nos estádios
- plantões judiciários nas imediações dos estádios

JUSTIÇA DO TRABALHO:

- controle sobre greves oportunistas

e que tiveram a destinação desvirtuada, e às licitações e contratos para reforma de aeroportos ou demais obras públicas motivadas pelo Mundial. Parte dessa nova demanda originou-se na Lei 12.348/2010, que alterou o limite de endividamento dos municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016 – o chamado megaendividamento.

No período dos jogos, entre junho e julho, a atenção da Justiça Federal volta-se à movimentação de estrangeiros, mas não se limita a isso. A Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012) prevê que a União assumirá a responsabilidade civil perante a Federação Internacional de Futebol (Fifa) por “todo e qualquer dano” resultante de incidentes ou acidentes de segurança relacionados ao campeonato. E a eventual depredação de órgãos públicos federais por manifestantes, a exemplo do que ocorreu durante a Copa das Confederações, em Brasília, também poderá resultar em novas ações judiciais. “Não só com a questão do fluxo de turistas mas lidaremos com todos os ilícitos criminais que venham a ser praticados e que tragam dano para a União”, prevê Alexandre Vidigal. Depois dos jogos a atuação do Judiciário Federal continua, porque a Lei 12.350/2010 mantém, até dezembro de 2015, a desoneração tributária sobre produtos, bens e materiais ligados à Fifa.

JUSTIÇA ESTADUAL

Na Justiça Estadual, os esforços para garantir uma prestação jurisdicional mais rápida durante a Copa também abrangem diversas questões cíveis e criminais. Dentro dos estádios nas 12 cidades-sede deverá funcionar o Juizado do Torcedor (criado pela Lei 12.299/2010) e o Juizado da Infância e Juventude – de quatro horas antes até duas horas depois das partidas – para atendimento de ocorrências criminais previstas no Estatuto e delitos de menor poder ofensivo, como tumulto e violência, furtos e porte de drogas ou objetos perigosos. Os protocolos relativos ao credenciamento de magistrados, servidores e voluntários que trabalharão nos juizados foram estabelecidos mediante acordo firmado entre o CNJ, a Fifa e o Comitê Organizador Local (COL).

Os direitos da criança e do adolescente serão observados com foco no consumo de bebidas alcoólicas, na participação de menores em ações promocionais da Fifa e de patrocinadores, e na documentação legal de turistas brasileiros e estrangeiros. Em dezembro de 2013, a Corregedoria Nacional de Justiça, ligada ao CNJ, publicou recomendação que padroniza procedimentos relacionados à circulação de crianças e adolescentes durante a Copa. O texto também reforça a exigência de apresentação de documentos pessoais para compra de bebidas alcoólicas e disponibiliza formulário – a



ser preenchido pelos pais ou responsáveis – que autoriza os filhos a circularem em aeroportos, estádios e hotéis.

Nos aeroportos, os juizados especiais funcionarão 24 horas por dia entre 10 de junho e 5 de julho. Além das unidades já instaladas em oito cidades-sede, foram criados quatro novos postos nos terminais de Porto Alegre, Curitiba, Manaus e Natal. Todos deverão contar com a presença de um representante do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (DPU) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para ajuizamento rápido de ações judiciais que envolvam até 20 salários mínimos. As causas mais comuns dizem respeito a violação, a furto ou a extravio de bagagens, a atrasos e cancelamentos de voos e *overbooking*, além de problemas na área de infância e juventude. “A ideia é começar e finalizar

NÚMEROS DA COPA

Até o mês de maio, os gastos públicos com a Copa do Mundo superavam R\$ 28 bilhões, sendo:

R\$ 7,8 bilhões
(construção de estádios)



R\$ 8 bilhões
(modernização de aeroportos)



R\$ 13 bilhões
(mobilidade urbana, portos, segurança pública e turismo, entre outros)



Fonte: Portal da Transparência e Ministério do Esporte

os atendimentos naquele período [da Copa] nos próprios juizados e não deixar sem resposta as situações de conflito”, afirmou Mariella Nogueira, juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, em entrevista concedida ao CNJ.

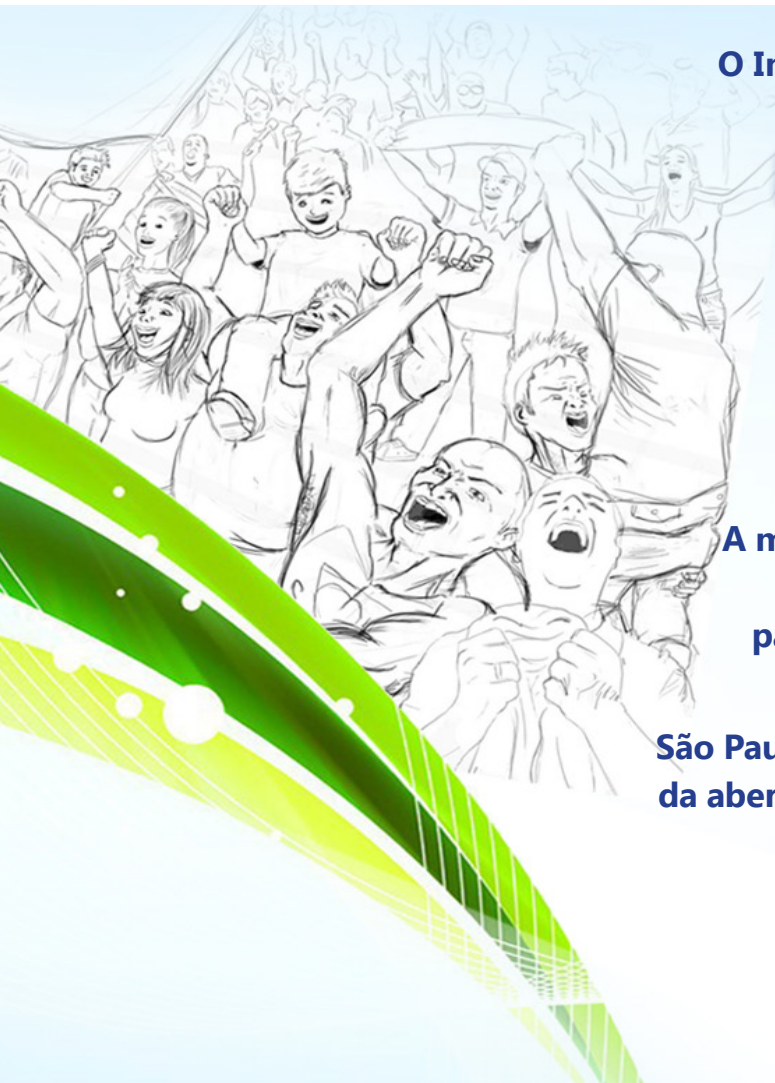
Funcionários das empresas aéreas receberam treinamento para lidarem com as demandas e buscarem soluções pacíficas, por meio da conciliação. Durante a Copa das Confederações, realizada entre junho e julho de 2013, foram contabilizados 1.532 atendimentos nos juizados de nove aeroportos – dois deles em São Paulo –, com 36% de acordos obtidos: índice considerado satisfatório pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Na última reunião do Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário para a Copa do Mundo, realizada no dia 28 de maio com representantes da Justiça Estadual, o CNJ voltou a pedir que os tribunais de justiça mantenham plantões judiciários nas proximidades do local das partidas. Na ocasião, também foram apresentadas outras medidas adotadas por iniciativa própria dos TJs. Enquanto no Rio de Janeiro os juizados vão testar a utilização de aplicativos de tradução de idiomas para atender aos estrangeiros, no Rio Grande do Sul um dos diferenciais será a utilização inédita de máquina de cartão de crédito – com opção de depósito em conta ou boleto bancário – para pagamento de

penas pecuniárias impostas a réus de outros países.

Na Justiça do Trabalho, os tribunais prepararam plantões extraordinários para avaliar greves que ocorram na proximidade ou durante a realização da Copa do Mundo. Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo, pelo menos 16 categorias pretendem aproveitar o Mundial para reivindicar direitos trabalhistas. Com os plantões, os juízes esperaram dar uma resposta mais rápida aos impasses, em até 24 horas, de modo a evitar prejuízos durante o evento esportivo.

Com a definição de estratégias e o aporte extra de recursos materiais e humanos, o Judiciário fez e fará sua parte para assegurar que a Copa do Mundo transcorra dentro da normalidade. Os resultados desse esforço dentro e fora dos estádios, no entanto, só serão conhecidos após o dia 13 de julho, data da disputa final do campeonato. A pedido do conselheiro Paulo Teixeira, do CNJ, todos os tribunais envolvidos deverão enviar dados atualizados sobre sua atuação durante a Copa para que seja dimensionado o real impacto do evento no Judiciário. Enquanto isso, permanece a indefinição sobre o legado do Mundial para o País e a esperança de que, nas quatro linhas, a seleção reescreva seu nome na história do futebol. “Quero transporte de qualidade, quero educação e saúde dignas, e também quero que o Brasil seja campeão”, finalizou uma servidora do Tribunal. ■



O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)
prevê a movimentação de

3 MILHÕES DE TURISTAS

durante a Copa do Mundo, sendo

600 MIL ESTRANGEIROS

Eles devem gastar aproximadamente

R\$ 25 BILHÕES

durante os 30 dias de jogos

A maioria dos estrangeiros deverá chegar da
Argentina e dos Estados Unidos,
países com maior número de compradores
de ingressos, além do Brasil.

São Paulo e Rio de Janeiro, onde haverá os jogos
da abertura e da final da Copa, respectivamente,
serão as cidades que mais receberão
visitantes durante o evento.

DESEMBARGADOR CANDIDO MORAES É CONDECORADO COM A MEDALHA ALIOMAR BALEEIRO

O desembargador federal Candido Moraes foi homenageado, no dia 9 de maio, pela Justiça Federal da Bahia, com a outorga da medalha Aliomar Baleeiro. Na ocasião, também foi homenageado o professor doutor Thomas Bacellar.

O juiz federal Carlos d'Ávila Teixeira fez o discurso de homenagem ao desembargador Candido Moraes e lembrou as suas muitas qualidades, como amizade, ética, humildade, nobreza e cultura, além de sua trajetória pessoal e profissional até que o TRF da 1.ª Região o alçasse ao 2.º grau.

Além do diretor do foro, Ávio Novaes participaram da solenidade, o desembargador federal aposentado do TRF1, Aloísio Palmeira Lima; magistrados, servidores, advogados, amigos e familiares dos homenageados.

Medalha – A medalha Aliomar Baleeiro é a comenda máxima outorgada pela Seccional da Bahia e homenageia personalidades baianas ou vinculadas ao estado que tenham contribuído para o aprimoramento dos serviços judiciários, especialmente os de competência da Justiça Federal da Bahia.



SECCIONAL

TRF/1.ª REGIÃO INSTITUI SISTEMA E-ORÇAMENTO

Com o objetivo de aumentar a eficiência na execução orçamentária do TRF da 1.ª Região e de suas seções jurisdicionadas, foi instituído, por meio de portaria Presi/Secor publicada no Boletim de Serviço do dia 6 de maio, o e-Orçamento – Sistema de Controle da Execução Orçamentária. A ferramenta é integrante do e-Admin – Sistema de Gestão Administrativa Integrada e destina-se ao acompanhamento e controle da execução orçamentária da Primeira Região.

O e-Orçamento será utilizado por todas as unidades para as quais são destinados créditos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, sob a supervisão da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro do Tribunal – gestora do sistema e responsável por sua implantação eletrônica, bem como pelo treinamento e orientação do pessoal responsável por sua utilização.

DESEMBARGADORA MÔNICA SIFUENTES É ELEITA VICE-PRESIDENTE DE COMISSÃO INSTITUÍDA PELA SDH

A desembargadora federal Mônica Sifuentes, do TRF da 1.ª Região, foi eleita, por aclamação, vice-presidente da Comissão Permanente sobre Subtração Internacional de Crianças (foto). A comissão foi instalada no dia 19 de maio pela ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Como Juíza de Ligação para o Brasil, a magistrada é membro permanente.



O objetivo da Comissão é estudar e propor iniciativas de prevenção à subtração e retenção

internacional de crianças e adolescentes. Os principais pontos a serem trabalhados pelo grupo serão agilizar os procedimentos judiciais por meio de regime especial de tramitação, a adaptação da legislação para os casos de sequestro e subtração de menores e a prevenção de casos, com capacitação do corpo diplomático nas embaixadas e consulados brasileiros.

A criação da comissão é uma resposta do Brasil à implementação da Convenção de Haia de 1980, promulgada em 2000, e um seguimento à criação da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), prevista pela convenção. A Acaf coordena a execução da cooperação jurídica entre países.

Composição - Além da desembargadora Mônica Sifuentes, compõem a comissão representantes de diversas áreas do governo e do Poder Judiciário, como o Ministério das Relações Exteriores, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Polícia Federal, a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça e a Defensoria Pública. Os membros se reunirão periodicamente, e a frequência será estabelecida por regimento interno, elaborado pela própria comissão.

DESIGNADA COMISSÃO PARA INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS E TURMAS RECURSAIS PERMANENTES

O presidente do Tribunal, Cândido Ribeiro, designou, no dia 16 de maio, por meio da Portaria Presi/Secge n.º 140, comissão para instalação, na 1.ª Região, de varas federais criadas pela Lei 12.011/09 e de turmas recursais com estrutura permanente criadas pela Lei 12.665/12.

A comissão vai identificar as necessidades logísticas, materiais, financeiras e tecnológicas para a instalação das varas federais e das turmas recursais bem como adotar as providências preliminares e apresentar sugestões para otimizar seu funcionamento.

O grupo é composto pelos servidores Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana (Secor) – presidente –; Fernando Antônio de Mendonça Mello Júnior (Secre); Gilberto Gonçalves Santos (Secor); Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá (Secge); Luiz Alberto Lima da Costa (Secin) e Sandra Maria Alves Borges da Costa (Cojef).



CRESCE O NÚMERO DE ACORDOS ALCANÇADOS PELA SJPA NA SEMANA DE CONCILIAÇÃO 2014

A Semana de Conciliação, ocorrida entre os dias 5 e 9 de maio na Seção Judiciária do Pará, alcançou o índice de 87% de acordos nas audiências inscritas em pauta sobre o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Das 104 audiências realizadas, o Núcleo de Conciliação da Seção Judiciária do Pará obteve 77 acordos, o que resultou em um total de mais de R\$ 4 milhões para os reclamantes. Esses valores – que até a totalização final serão majorados, pois correspondem somente às audiências ocorridas até o dia 7 – foram divulgados durante o evento de encerramento da Semana da Conciliação, que ocorreu no dia 9 de maio, no auditório da Seção Judiciária do Pará.

Fonte: Secos/PA



SECOS/PA



3.ª VARA FEDERAL DA SJRR EXPEDE MAIS DE 700 RPVS

Foram expedidas, na 3.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, e autuadas no TRF1, nos meses de abril e maio do corrente ano, mais de 700 requisições de pequeno valor (RPVs), no montante total de R\$ 4.888.003,54. Esse expressivo resultado foi obtido em razão do esforço concentrado e da diligência dos servidores, que trabalharam com o objetivo de dar uma resposta mais célere aos jurisdicionados, especialmente aos mais carentes, que precisam recorrer ao Juizado Especial Federal para assegurar a observância de seus direitos.

No primeiro quadrimestre de 2014, já foram expedidas pelo Juizado Especial Federal e autuadas no TRF1 uma quantidade de 1.610 RPVs, perfazendo um montante de R\$ 11.412.201,93.

Fontes: Secos/RR



INAUGURADO CENTRO JUDICIAL PERMANENTE DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS



A Subseção Judiciária de Uberaba inaugurou, no dia 15 de maio, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. O evento contou com a presença do diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Guilherme Mendonça Doehler; do coordenador do Núcleo Estadual de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania, juiz federal André Prado de Vasconcelos, e do diretor da Subseção Judiciária de Uberaba, juiz federal Osmane Antônio dos Santos.

Na ocasião, o juiz federal Osmane Antônio dos Santos, ressaltou a importância do novo setor pela natureza consensual e pela dimensão social das formas de mediação como requisitos para o pleno acesso à justiça. O juiz federal citou a jurista Ada Pellegrini, para quem “o modelo tradicional da justiça prestada pelo Estado, em parcela significativa dos casos, apesar de resolver os conflitos processuais, não resolve a lide sociológica, ou seja, trata apenas superficialmente a conflituosidade social, dirimindo controvérsias, mas nem sempre resolvendo o núcleo subjetivo do conflito”.

A cerimônia foi concluída com o desenlace da fita e o descerramento da placa inaugural da unidade. Prestigiaram o evento autoridades locais, servidores, conciliadores e estagiários da Subseção de Uberaba.



No limite profissional

FISIOTERAPEUTA NÃO PODE ASSINAR LAUDO PERICIAL

▼ ELIANE WITHRMANN

Uma cabine de segurança biológica serve para manipular produtos quimioterápicos destinados a combater o câncer. A atividade exige que o profissional, antes de manusear o produto em uma estufa apropriada, use trajes de segurança total como um macacão dos pés à cabeça, proteção nos olhos e uma máscara de carvão ativado, no rosto, que neutraliza vapores. Para evitar qualquer contato com o produto, cada mão ainda veste duas luvas.

Além de todo esse aparato, equipamentos aspiram e depuram o ar na cabine. "Por mais paradoxal que seja, o medicamento para câncer causa câncer. Ele pode provocar má formação congênita e causar mutações que não se apresentam naquela geração, mas podem transmitir aos seus filhos", afirma o farmacêutico Rodolfo Correa. "É extremamente perigoso", alerta.

No Hospital Universitário de Brasília (HUB), o trabalho de manipulação é feito por um farmacêutico como determina o órgão de classe que representa a categoria.

Para o Conselho Federal de Farmácia (CFF), a manipulação de medicamentos usados no combate ao câncer é uma atividade privativa da categoria. Tanto que, em 2013, a Classificação Brasileira de Ocupações criou novas especialidades como a de farmacêutico clínico em oncologia e em terapia antineoplásica. Entretanto, ao trazer para si a exclusividade do serviço, os farmacêuticos entraram em conflito com a categoria de profissionais de enfermagem.

Uma resolução do Conselho Federal de Enfermagem também permite que os enfermeiros manipulem essas substâncias. Edivaldo Bazilio Santos é enfermeiro integrante da Câmara Técnica do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal e considera a questão delicada. "Isso é um pouco temeroso porque quando eu falo que a responsabilidade é apenas do profissional farmacêutico, eu estou dizendo, também, que na ausência dele ninguém mais pode", argumenta Edivaldo ao considerar ainda que a questão deve ser reexaminada



“sob pena de a gente ter a rotina de alguns serviços inviabilizada”, completa.

De acordo com informações do Conselho Federal de Farmácia, atualmente existem 177 mil profissionais ativos. A entidade estima um crescimento de 10% ao ano na oferta da mão-de-obra, o que seria suficiente para suprir faltas localizadas que ainda ocorrem em alguns pontos do País.

O conflito entre farmacêuticos e enfermeiros não é o único envolvendo os limites de atuação profissional na área da saúde. Um dos casos mais recentes envolveu médicos e fisioterapeutas de Paulo Afonso, na Bahia. Tudo começou quando um fisioterapeuta assinou um laudo pericial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedendo aposentadoria por invalidez a um segurado do instituto, mesmo determinando a lei que a assinatura do documento é responsabilidade de um médico.

O caso foi parar na Justiça Federal da cidade. Em primeira instância, o juiz federal João Paulo Pirôpo de Abreu, da Vara Única de Paulo Afonso, na Bahia, ao analisar os autos considerou procedente o pedido para conceder ao autor aposentadoria por invalidez no valor de 100% do salário de benefício, a partir da data da cessação do auxílio-doença, corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Concedeu a antecipação de tutela para determinar a implantação do benefício em dez dias.

Insatisfeito com a decisão, o INSS recorreu ao TRF1. O relator do processo, juiz federal convocado Cleberon José Rocha, concordou com a alegação do ente público quanto à nulidade do laudo pericial. Segundo o magistrado, a Lei n.º 12.842/2013 dispõe que a realização de perícia médica é atividade privativa de médico. A mesma lei dispõe que somente esse profissional pode atestar as condições de saúde, doenças e possíveis sequelas.

Caroline Cavalcanti Ferreira (foto) é a fisioterapeuta responsável pela Unidade de Fisioterapia do Espaço Bem-Estar do TRF1. Para ela, “o fisioterapeuta tem uma área de atuação tão ampla quanto a medicina. A gente atua tanto na prevenção como, em grande escala, na reabilitação”, diz Caroline ao explicar as atribuições dos profissionais.



“O fisioterapeuta não pode, de jeito nenhum, fazer parecer médico. A gente pode participar da perícia médica elaborando um laudo técnico, quando solicitado, e não tem autonomia para conceder parecer médico”, reforça.

Como no caso do fisioterapeuta, a Justiça Federal, responsável pelo julgamento das causas que envolvem os conselhos profissionais, considerou a manipulação de quimioterápicos por enfermeiros uma invasão à área de atuação dos farmacêuticos. Em 2007, outro caso parecido também movimentou o Tribunal. A desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, relatora do processo na época, informou que, nos autos, médicos e enfermeiros brigavam pelo direito de fazer diagnóstico e prescrever medicamentos. Ela conta que recebeu ameaças. “Cheguei ao ponto de receber cartas anônimas, agressivas até”, revela a magistrada.

Para a desembargadora, não é raro um conselho criar resoluções com o objetivo de aumentar a área de atuação da categoria que representa. E alerta: essas normas não podem extrapolar os limites previstos na legislação. “Nós temos a obrigação de preservar, inclusive, a atuação profissional dessas categorias. Os conselhos buscam, de uma certa forma, a valorização dos seus profissionais, corretamente, desde que estejam nos limites da sua atuação profissional”, afirma Maria do Carmo. ■



Encontro de Secads aproxima e integra diretores da 1.ª Região

A SEGUNDA EDIÇÃO DO ENCONTRO DE DIRETORES DE SECADS E DE VARAS FEDERAIS DISSEMINA BOAS PRÁTICAS E PROMOVE DEBATES SOBRE QUESTÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

▼ RICARDO CASSIANO

A integração entre as seções e as subseções judiciárias da Justiça Federal esteve no centro dos debates do II Encontro de Diretores de Secretarias Administrativas (Secads) e de Varas da 1.ª Região, realizado nos dias 23 e 24 de maio, em Guarajuba/BA. Promovido pela Seção Judiciária da Bahia (SJBA), o evento reuniu mais de cinquenta participantes, com o objetivo de proporcionar entrosamento entre os diretores, intercâmbio de boas práticas e solução de problemas comuns.

A mesa de abertura foi composta pela vice-presidente do TRF da 1.ª Região, desembargadora federal Neuza Alves, representando o presidente da Corte, Cândido Ribeiro; pelo diretor do foro da seccional baiana, juiz federal Ávio Novaes; pela diretora do foro da Seção Judiciária de Tocantins (SJTO), juíza federal Denise Drumond; pelo diretor do Núcleo Judiciário da SJBA e organizador do encontro, Sidinei Souza; pela diretora da Secad da seccional de Mato Grosso, Maria Cecília da Costa; pela diretora da Secretaria de Administração do TRF1, Maria Cristina Turnes; e pelo representante da Caixa Econômica Federal – patrocinadora do evento –, Cláudio Rangel.

Ao abrir a programação, o juiz federal Ávio Novaes enalteceu o trabalho desenvolvido pelos diretores de Secads

das 14 seções judiciárias que integram a 1.ª Região. O magistrado agradeceu o empenho da atual gestão do TRF1, que designou seis diretores de secretarias do Tribunal para participarem dos trabalhos e se inteirarem das boas práticas em curso na 1.ª Região.

A iniciativa do segundo encontro foi elogiada pela desembargadora federal Neuza Alves, que mostrou-se favorável à maior integração entre as seções e subseções judiciárias. Segundo a magistrada, essa prática contribui



Juíza federal Denise Drumond propôs novo modelo de gestão de processos e de pessoas nas varas federais



FOTOS: RICARDO CASSIANO

Desembargadora federal Neuza Alves e juiz federal Ávio Novaes (à dir.) compuseram a mesa de abertura do encontro



para o “amadurecimento” de todo o corpo funcional. “Se não houver compartilhamento das boas práticas, das soluções que tenham sido encontradas aqui ou ali, se não houver repercussão disso pra todo mundo, não terá valido a pena nada, nenhum sacrifício, nenhuma barreira transposta”, declarou.

PROGRAMAÇÃO

Depois da abertura do evento, os participantes fizeram uma dinâmica de entrosamento mediada pela facilitadora Renata Castello Branco, consultora de Recursos Humanos (RH) e especialista em Administração e Gestão de Negócios. Separados em sete grupos, e em clima de descontração,

todos se apresentaram e manifestaram suas expectativas quanto ao encontro. Em seguida, a facilitadora proferiu palestra motivacional visando ao envolvimento de todo o grupo para atingir os resultados propostos. “Não adianta ficar apenas reclamando. Dar o foco nas soluções energiza e motiva, cria mais ânimo e confiança para chegar ao objetivo”, afirmou a palestrante.

Na segunda etapa, a juíza federal Denise Drumond, titular da 1.ª Vara Federal em Palmas/TO, expôs uma boa prática que vem sendo implantada por sua equipe desde 2007 – inicialmente na 1.ª Vara Federal de Governador Valadares, depois em Belo Horizonte e, agora, na capital de Tocantins. O trabalho consiste em um ajuste total do modelo

“O diretor de secretaria, hoje, é uma espécie de elemento estratégico no êxito da prestação jurisdicional”

Denise Drumond – Juíza federal diretora do foro da SJTO



“Não adianta bater nas mesmas teclas, pleiteando coisas impossíveis de se conseguir. Então, resolvemos encontrar soluções com os recursos que temos hoje”

Maria Cecília da Costa – diretora de Secad da SJMT



FOTOS RICARDO CASSIANO

Programação foi aberta com dinâmica de entrosamento

de gestão de processos e, principalmente, de pessoas. “Hoje precisamos aprender a fazer as pessoas fazerem”, sugeriu a magistrada, ao indicar que a mudança deve partir do diretor da vara, que deixa de ser um “técnico altamente qualificado” para tornar-se um “chefe com funções gerenciais”. Para Denise Drumond, o diretor não pode ser visto como um supervisor, mas como um “elemento estratégico” para transformar as rotinas de trabalho e melhorar a prestação jurisdicional. “Ele como gestor está diretamente em contato com a equipe e é quem vai fazer o processo tramitar e fazer o resultado ser percebido”.

Com relação aos servidores, o modelo adotado pela juíza propõe uma política de aproximação da equipe – com reuniões frequentes, individuais e em grupo, para avaliação do trabalho desenvolvido –, treinamentos e avaliações de

perfis para remanejamento de tarefas. Na questão processual, uma das medidas implantadas, a redefinição da figura do supervisor – que passou a atuar exclusivamente como minutor –, resultou na redução de 82% dos processos represados no gabinete. Além de aumentar a produtividade, o conjunto de ajustes de procedimentos impactou positivamente na qualidade de vida dos servidores, melhorou o aspecto organizacional e garantiu mais satisfação do público externo.

Após a palestra, a diretora da Secad da 1.ª Vara Federal em Palmas, Clenys de Castro, apresentou um detalhamento de todas as medidas e dos resultados obtidos na vara. Ao mesmo tempo, um grupo de servidores participou de oficina para tratar de assuntos administrativos.

No segundo dia das atividades, os trabalhos se concen-



“Conhecendo os setores, conhecendo sua realidade, a gente vai se unindo num único propósito, que é realizar uma prestação jurisdicional adequada”

Hennyo Albuquerque – diretor da 4.ª Vara Federal da SJAC

“Os resultados [do encontro] foram muito além do que estávamos prevendo”

Sidinei Souza – organizador do encontro (SJBA)





Oficinas para debater temas judiciais (à dir./esq.) e fórum com diretores de Secads foram realizados simultaneamente

traram na realização simultânea de oficinas temáticas na área judicial e de um fórum voltado a questões administrativas, composto por diretores de Secads e representantes de secretarias do TRF da 1.ª Região. Nas oficinas, quatro grupos de diretores de varas federais foram separados para debater pontos críticos em suas respectivas áreas – mista, cível, criminal e Juizados Especiais Federais (JEFs). Na área cível, os participantes trataram de temas como controle dos processos da Meta 2 e de mandados de segurança, prioridade no trâmite de processos sentenciados e recebidos do TRF, e capacitação de servidores para elaboração de minutas.

Já o grupo especializado em matéria criminal discutiu procedimentos relacionados a réus presos, audiências em cartas precatórias, alienação de bens e processos sigilosos, dentre outros pontos. “São assuntos difíceis e desafiadores para a gente”, resumiu Jânio Mady, diretor da 10.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). “É importante saber o que cada um está fazendo para resolver a sua parte e como isso pode me ajudar. Então, essa troca é extremamente positiva”, completou.

BOAS PRÁTICAS

Um dos destaques elencados na oficina relativa aos JEFs foi a proposta apresentada pelo diretor da 6.ª Vara Federal da Seccional de Rondônia (SJRO), Rodolfo Trindade. Trata-se de um acordo firmado com a Advocacia-Geral da União (AGU), que possibilitou a liquidação de 225 processos conclusos para sentença há mais de 60 dias: todos relativos à remuneração de servidores públicos. A parceria prevê o envio de lotes de processos à AGU – semanal ou mensalmente – com data limite para propositura de acordos, que podem ser aceitos pelas partes sem a necessidade de audiência. “Isso representa a prática da conciliação constante e

ganho de tempo e de produtividade”, afirmou Rodolfo.

Depois das discussões dos grupos, cinco servidores das cidades de Cuiabá/MT, Manaus/AM, Salvador e Juazeiro/BA foram convidados a apresentar boas práticas implantadas em suas unidades de trabalho. Em seguida, os grupos avaliaram outras 17 iniciativas encaminhadas anteriormente à coordenação do encontro por integrantes de varas federais do Distrito Federal, de Mato Grosso e do Amazonas. As descrições de todas as iniciativas foram repassadas à diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental (Dibib) do TRF, Márcia Mazo, também presente no evento, que deverá consolidar os dados e inseri-los em um banco de boas práticas mantido pelo Tribunal e disponível para consulta.

FÓRUM

Enquanto os grupos de trabalho trocavam experiências na área judicial, diretores de secretarias administrativas (Secads) debatiam, com representantes do TRF1, temas essenciais ao bom funcionamento das seções judiciárias. A Diretoria-Geral do Tribunal designou, para participar do encontro, os diretores das secretarias de Administração (Secad), de Planejamento e Administração Orçamentária (Secor), de Tecnologia da Informação (Secin), de Gestão Estratégica e Inovação (Secge), além do diretor da Divisão de Cadastro e do substituto do diretor da Divisão de Engenharia (Dieng).

Durante o fórum, foi apresentada ao grupo uma ampla lista de temas debatidos no dia anterior pelos diretores de Secads. Os assuntos foram levantados pelos próprios participantes e filtrados por ordem de prioridade. “Escolhemos os mais relevantes e comuns a todas as Secads”, explicou a diretora de administração da seccional de Mato Grosso (SJMT), Maria Cecília da Costa. A equipe adotou uma postura colaborativa no enfrentamento das quase 30 ques-



tões levadas aos diretores do Tribunal – como distorções orçamentárias, reestruturação de funções, compensação da força de trabalho, gerenciamento de obras, sistemas de informação e expansão dos *links* de comunicação de dados. No primeiro momento, os próprios diretores de Secads propuseram, juntos, medidas que podem ser implementadas sem a necessidade de grandes mudanças ou projetos.

Um exemplo disso foi a maneira encontrada pelo grupo de obter recursos para benefício comum de várias ou de todas as 14 seccionais da 1.ª Região: a unificação de verbas descentralizadas obtidas pelas varas por meio de emendas parlamentares. A ideia, juntamente com as demais proposições, será reavaliada posteriormente. O grupo preparou um documento contendo os assuntos tratados e os posicionamentos de Secads e do TRF, e, a partir dele, vai elaborar estratégias para viabilizar as propostas levantadas. “Alguns pedidos já estão sendo atendidos pelo Tribunal, e aqueles que não estão, serão estudados e devidamente encaminhados”, afirmou Wânia Maritiza, diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação do Tribunal (Secge/TRF1).

Ao finalizar o encontro, o coordenador Sidinei Souza agradeceu a presença de todos e cedeu a palavra à diretora da Secge, representante do Tribunal, que anunciou a criação de um fórum para tratar de assuntos normativos sobre os

temas discutidos e receber novas proposições dos participantes. “Todos os integrantes [da nova administração do TRF] estão bastante abertos a receber sugestões, críticas e considerações”, finalizou.

Um dos grandes trunfos do evento, na opinião de Sidinei Souza, foi a opção de os organizadores desenvolverem uma programação mais voltada a atividades práticas e pautada na informalidade. “Nós temos muita teoria, temos leis e normas..., mas existe a necessidade de se trabalhar algo mais efetivo, tanto na área judicial quanto na administrativa”, considerou. “Deixamos os servidores numa maneira mais tranquila, mais informal, mas ao mesmo tempo focados no trabalho. Dessa forma, a gente percebeu que o aprendizado, o aproveitamento, foi muito maior”.

Para o diretor Jânio Mady, da SJDF, além do conhecimento adquirido nas oficinas e nas palestras, o encontro proporcionou uma integração com os colegas impossível de se conseguir no dia a dia devido às enormes distâncias entre as localidades da 1.ª Região. “Às vezes, a gente conversa por telefone e sabe o nome, mas é diferente de ter um contato direto...; então, a aproximação faz muita diferença”, concluiu. O próximo encontro de diretores de Secads e de varas federais será realizado em 2015, ainda sem data e local definidos, e já foi incluído no calendário de eventos do Tribunal. ■

Tribunal contará com Escritório de Projetos para gerenciar a obra da nova sede

UMA COMISSÃO FOI CRIADA PARA REALIZAR O GERENCIAMENTO DE RISCOS PARA EVITAR AUMENTO DE CUSTOS E ATRASOS ALÉM DE ACOMPANHAR TODAS AS QUESTÕES REFERENTES A ESCOPO, RECURSOS HUMANOS E COMUNICAÇÃO

THAINÁ SALVIATO

O presidente do TRF da 1.^a Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, reuniu-se, no dia 27 de maio, com a equipe que realizará a gestão do projeto da construção da nova sede do Tribunal. O grupo, denominado Escritório de Projetos, foi criado por orientação do diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra, para acompanhar o processo de implantação da nova sede, realizar o gerenciamento de riscos, evitar aumento de custos e atrasos e monitorar todas as etapas do projeto com o intuito de racionalizar o trabalho. A equipe acompanhará, portanto, todas as questões referentes a prazos, escopo, recursos humanos e comunicação.

Durante a reunião, o diretor da Divisão de Engenharia (Dieng) e integrante da equipe, Jorge Leitão, apresentou a situação da obra bem como o estado da sede referente à execução de contratos concluídos, vigentes e novos contratos para o andamento do projeto. Hoje, dois prédios já estão com a estrutura completa, passando pela fase de pintura de vigas de bordo como preparação para aplicação da pele de vidro. Até o momento, o Tribunal investiu cerca de R\$ 139 milhões em contratos já concluídos e R\$ 10 milhões em con-

tratos vigentes para o andamento da obra. Para a conclusão, a previsão é de que sejam necessários ainda investimentos na ordem de R\$ 414 milhões em novos contratos.

A comissão de gestão do projeto da obra da nova sede é formada pelo diretor da Dieng, Jorge Leitão; pela engenheira da Seção de Obras Civas da Dieng, Paloma Leal Coutinho Boros; pelo arquiteto Mauricio Pinheiro da Costa Souza, da Seção de Projetos e Acompanhamento de Obras (Sepob); e por Cláudio Faustino Alves de Castro, analista de sistemas da Divisão de Desenvolvimento Institucional (Diden). A reunião contou, ainda, com a participação do desembargador federal Kassio Nunes Marques (membro da comissão de desembargadores constituída para acompanhamento da execução da obra do TRF1 – Portaria Presi/Secge 181, de 22.05.14); do diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra; do secretário-geral, Deyr Gomes Júnior; da diretora da Secge, Wânia Maritíça Araújo Vieira; da diretora da Secor, Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana; do diretor da Divob, Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenich; e da diretora da Secad, Maria Cristina Turnes. ■



MAURO PULINI

Escritório de Projetos apresenta situação atual da obra da nova sede e nova metodologia de gestão do projeto

Justiça Federal chega ao município de Corrente, no sul do Piauí

NOVA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA TERÁ JURISDIÇÃO SOBRE 19 MUNICÍPIOS



IVANI MORAIS

Localizada a mais de 890km de Teresina, a cidade de Corrente (foto), no extremo sul do Piauí, foi contemplada, no dia 19 de maio, com uma unidade da Justiça Federal. A instalação da quinta subseção judiciária do estado foi presidida pelo desembargador federal Cândido Ribeiro, presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que comemorou a ampliação da Primeira Região da Justiça Federal. “Hoje é um dia de festa para nós da Justiça Federal e para a cidade de Corrente”, afirmou o magistrado ao observar o quanto a Justiça Federal cresceu desde seu ingresso na magistratura federal, em 1988.

Cândido Ribeiro ressaltou a importância do processo de interiorização em curso em todo o Brasil, que vai se consolidando passo a passo na Primeira Região. “Hoje nós conseguimos, com esta interiorização, chegar ao sul do Piauí, avançar e, depois da instalação de São Raimundo Nonato, chegamos a Corrente, município tradicional, com vocação para a atividade pecuária e para o comércio”, destacou.

Ao discursar sobre a área de jurisdição da Subseção Judiciária de Corrente, que abarca outros 19 municípios vizinhos, o presidente falou do acesso facilitado que a vara



Sede da Justiça Federal de Corrente

única vai proporcionar a mais de 175 mil habitantes da região, uma garantia prevista na Constituição Federal. “A nossa ideia é fazer com que a justiça se aproxime cada vez mais do jurisdicionado e dê a ele acesso à casa de justiça, seja em matéria previdenciária, seja na repressão aos delitos que envolvem a atuação na competência federal, seja na preservação do meio ambiente e no cuidado especial, principalmente nesta região que é uma grande fronteira agrícola e pecuária”, avaliou o magistrado.

Cândido Ribeiro ressaltou, ainda, o fato de, com a instalação da vara, não haver mais necessidade de deslocamentos para Teresina ou Floriano, por parte da população mais carente, na busca de direitos. “O deslocamento agora será regional, no entorno de Corrente”, o que vai favorecer um atendimento mais célere à população mais carente, já que a vara vai contar com Juizado Especial Federal Adjunto Cível e Criminal, além da competência geral.

Para o diretor do foro da Seccional do Piauí, juiz federal Francisco Hélio Camelo Ferreira, a inauguração da vara tem significado especial, considerando a distância da região da capital do Piauí e o conseqüente isolamento imposto pela localização. “Apesar de a Subseção de Corrente ter sido a última a ser instalada no estado, certamente ela é a mais importante, exatamente porque vem integrar o município de Corrente ao estado do Piauí de uma forma sólida, por meio da Justiça Federal”, afirmou.

O juiz Francisco Hélio também destacou os benefícios



Inauguração da sala da OAB/Subseção de Corrente



Instalações do hall de entrada da sede da Subseccional

que a nova unidade vai trazer para a população, em sua avaliação, extremamente carente. “A partir do instante em que nós aproximamos a Justiça Federal dessas pessoas, estamos prestando um grande serviço; elas certamente terão uma possibilidade maior de buscar seus direitos e de adquirir uma maior dignidade; e isso é fundamental na sociedade brasileira; estamos atendendo a um dos



Juiz federal Francisco Hélio, presidente Cândido Ribeiro e o prefeito de Corrente, Jesualdo Cavalcanti



Apresentação do coro do Instituto Federal do Piauí

princípios da Constituição Federal, que é o de promover a dignidade do cidadão”, concluiu.

Dentro dessa perspectiva, o juiz federal que responderá pela Subseção Judiciária de Corrente, Derivaldo de Figueiredo Ferreira Filho, também comemorou a instalação da vara. Ele foi designado para conduzir interinamente os passos iniciais da nova unidade ao lado dos cerca de 22 servidores que vão integrar o quadro da Subseção, 16 deles empossados momentos antes do início da solenidade de inauguração. “Com a instalação da vara federal na histórica cidade de Corrente, temos uma solenidade e duas comemorações”, afirmou Derivaldo, ao referir-se ao fato de o povo correntino celebrar a implantação de uma justiça que vela pela solidificação dos princípios republicanos, pela aplicação correta dos recursos públicos e que luta para que os mais necessitados tenham suas carências básicas satisfeitas por meio da distribuição dos benefícios assistenciais e, também, em razão da “alegria de termos a honra de, a partir desta data primeva, poder participar da história desta terra, com todo o sentimento, experiência e aprendizado que lhe são inerentes”. E declarou seu orgulho em poder capitanear o encontro entre a Justiça Federal e o povo da região.

Também o deputado federal Paes Landim discursou, lembrando a todos a dimensão continental do TRF da Primeira Região. Para ele, a presença da Justiça Federal em Corrente é um marco histórico e decisivo. “Com cer-

teza vai aumentar a autoestima dos que vivem aqui nesta cidade”, afirmou.

O prefeito de Corrente, Jesualdo Cavalcanti Barros, também falou de sua satisfação em vivenciar aquele momento. “A interiorização da Justiça Federal contemplou mais uma região antes desassistida pela presença da Justiça Federal”, disse. Lembrando Rui Barbosa, ele destacou a história de luta do povo correntino contra o isolamento. “Quando se instala uma casa de direito, nada mais adequado que relembrar a figura de Rui Barbosa, que dizia que ‘a justiça tardia é a injustiça institucionalizada’. É bem verdade que não deixa de ser justiça. Agora, imaginem uma justiça distante, longínqua e, por isso, mesmo inacessível!”, explicou o prefeito para mostrar a realidade em que viviam as pessoas do município, no tocante à Justiça Federal, tendo que recorrer a Teresina ou a Floriano sempre que necessitavam. “Pois bem, o que eu quero dizer aqui é que, por mais que se possa imaginar, por mais que se queira, é muito difícil mensurar a nossa alegria por termos a Justiça Federal hoje instalada na cidade de Corrente”, comemorou Jesualdo.

A classe dos advogados também se manifestou a respeito da nova Subseção Judiciária. O presidente da OAB, Seção Piauí, Willian Carvalho, falou do momento, segundo ele, histórico para toda a população. Assim como o diretor do foro, Francisco Hélio, Willian Carvalho destacou o fato de Corrente ser a última vara instalada no interior do



FOTOS RAMON PEREIRA

Desenlace da fita inaugural

estado. “É a última, mas é a que mais determina, que mais representa a necessidade da presença do estado no extremo sul do Piauí”, afirmou. Ele aproveitou a oportunidade para registrar dois pleitos da entidade, sendo o primeiro para que o processo de interiorização no estado tenha prosseguimento e o segundo para que sejam instaladas turmas recursais na região. “O estado do Piauí é muito extenso e muito carente da presença da Justiça Federal”, afirmou. “Registramos a necessidade de uma interiorização mais intensa ainda no estado”.

Compuseram a mesa de honra, além das autoridades citadas, o deputado estadual João Madson, representando o governador do estado; o presidente da Câmara Municipal, Flávio Rivelino Barros; o desembargador federal Kassio Nunes Marques; o representante do MPF/PI, Francisco Alexandre de Paiva; o juiz federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho; e a representante do TRT/22.^a Região, Kelly Cardoso Silva.

Prestigiaram o evento, ainda, diversas autoridades integrantes do três poderes nas esferas federal, estadual e municipal, dentre elas o juiz federal convocado Carlos Augusto Pires Brandão; os juízes federais da Seccional do Piauí, Sandro Helano, Daniel Santos Rocha Sobral e Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes; o diretor-geral do TRF1 da 1.^a Região, Carlos Frederico Maia Bezerra; o secretário-geral do TRF1, Deyr José Gomes Júnior; o diretor da Secad/SJPI, Edvaldo Rodrigues da Silva; servidores e convidados. ■



Autoridades e servidores empossados



Público prestigia orquestra ‘sanfônica’ do povoado de Santa Marta

Tribunal realiza III Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação

EVENTO REÚNE GESTORES DE TODA
A PRIMEIRA REGIÃO EM BRASÍLIA



PROGRAMA

▼ MARCELA CORREIA E JÚLIO CÉSAR LEMES

Ouvir as necessidades de recursos e sistemas de informação para elaborar um Plano Diretor na área de TI, planejar os investimentos no setor e traçar um planejamento estratégico que possibilite a continuidade dos projetos. Foi com estes objetivos que o III Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação reuniu, no dia 22 de maio, os coordenadores e gestores das áreas de tecnologia da informação (TI) do TRF1 e das 14 seções judiciárias.

A abertura da jornada contou com a presença do presidente do Tribunal, desembargador federal Cândido Ribeiro; do diretor-geral, Carlos Frederico; da diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Maria do Carmo Cezário; e do secretário de TI do TRF1, Marcos Barbosa. Ao saudar os participantes do encontro, o desembargador Cândido afirmou: “Eu já havia dito ao secretário de informática que um dos maiores desafios da nossa administração, e até das futuras, é o desenvolvimento da nossa área de tecnologia da informação. É preciso que vocês troquem experiências

e nos apontem o caminho a seguir para melhorar o nosso nível de atuação nessa área”.

Para o desembargador, a expansão da área de TI é preocupação e meta de sua gestão. “Já estamos começando a fazer gestão, inclusive no CNJ, no sentido de conseguir a ampliação dos quadros. Está lá em estudo e parada. Para que os senhores também tenham a possibilidade de executar esse projeto de dois anos com pelo menos a perspectiva de que o quadro irá aumentar e as condições de trabalho, naturalmente, deverão melhorar”, revelou.

Segundo o secretário Marcos Barbosa, atualmente, são três as principais necessidades enfrentadas pelos gestores: “a gestão de demandas, a gestão de mudanças e a gestão de infraestrutura de TI e das edificações da Justiça Federal e do próprio País”. Disse, ainda, que a definição dos papéis e as responsabilidades das equipes de toda a Primeira Região, tanto em relação ao planejamento quanto à execução das ações, são o passo inicial para o sucesso do Plano Diretor. ■

Comissão estuda mudanças nos sistemas administrativos digitais

DIRIGENTES CONHECEM FERRAMENTAS UTILIZADAS PELOS TRFS DA 2.ª E DA 4.ª REGIÕES

▼ MARCELA CORREIA

O TRF da 1.ª Região instituiu, no dia 13 de maio, por meio da Portaria Diges/Secge n.º 363, uma comissão para estudar, avaliar e propor um sistema de processo administrativo digital a ser adotado pela Justiça Federal da 1.ª Região. A comissão tem o objetivo de promover a modernização da Primeira Região e, para tanto, busca conhecer e avaliar os sistemas informatizados de gestão de documentos utilizados por outros órgãos do Poder Judiciário. Coordenado pela gestora do Sistema de Gerenciamento e Controle de Documentos e Processos Administrativos (e-Sisad), Nilda Aparecida Alves, o grupo conheceu, entre os dias 21 e 23 de maio, outros dois diferentes sistemas eletrônicos com o intuito de avaliar suas funcionalidades: os sistemas dos TRFs da 2.ª e da 4.ª Regiões. No primeiro dia do encontro os membros da comissão do Tribunal avaliaram o e-Sisad.

No dia 22, a diretora de Gestão do Conhecimento e gestora do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do TRF da 4.ª Região, Patrícia Valentina Ribeiro Santana Garcia, apresentou o sistema desenvolvido para o trâmite de processos digitais aos diretores do TRF da 1.ª Região. A ferramenta, que pode ser utilizada em celulares e em *tablets*, permite, entre outras funcionalidades, a fácil visualização de todos os documentos e processos que estão em tramitação nas diferentes unidades do órgão, também emite avisos quando novos documentos são publicados ou criados e destaca os documentos prioritários, além de trazer ferramentas de acompanhamento de prazos e processos e possibilitar a visualização e o trabalho nos documentos de forma simultânea.

No dia 23, foi a vez de a diretora da Secretaria-Geral da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Patrícia Longhi, apresentar o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA). O sistema SIGA-Doc foi criado inteiramente pela equipe administrativa da SJRJ, pessoas

conhecedoras das necessidades dos sistemas administrativos de documentação e que os utilizariam no seu dia a dia. Segundo Patrícia, a adoção do sistema não gera nenhum custo, além de apresentar inúmeras vantagens, sendo a principal delas a eliminação completa da circulação de documentos e processos administrativos por meio físico (papel). As ferramentas desenvolvidas permitem que se veja, em um só ícone, todo o andamento do processo de diversas formas, inclusive por gráficos, para que se tenha uma ideia global de sua situação. Na produção de processos administrativos, o SIGA permite a criação de volumes, apensos e anexos; desentranhamento de documentos e emissão de certidões. Ao final da exposição, Patrícia Longhi fez uma demonstração prática.

O grupo tem o prazo de 30 dias, a contar da sua instituição, no dia 13 de maio, para concluir os estudos e apresentar o relatório indicando o sistema que melhor atenda às necessidades da Justiça Federal da 1.ª Região. Além da coordenadora Nilda Alves, integram a comissão outros cinco servidores: Lúcia Beatriz de Mendonça Sá (Secge); Thiago Mota de Santana (Secin); Solange Maria de Oliveira Chagas de Souza (gabinete da Diretoria-Geral); Iracema da Costa Araújo (Secad/PA); e Juliana de Freitas Prevelato (Nucre/DF). ■



PROFORME

Nova equipe de trabalho

PRESIDENTE DESIGNA DIRETORES DA REVISTA E DA ESMF, COORDENADORA DO SISTCON E DOS JEFS ALÉM DE INDICAR DIRETORES E VICE-DIRETORES DE SEÇÕES E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DA PRIMEIRA REGIÃO



CARLOS RODRIGUES

Desembargadores federais Reynaldo Fonseca e Daniel Paes Ribeiro, presidente Cândido Ribeiro e desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso

IVANI MORAIS

No dia 23 de maio aconteceu a cerimônia de apresentação oficial dos desembargadores federais Daniel Paes Ribeiro como diretor da Revista; Maria do Carmo Cardoso, como coordenadora do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (Sistcon); e Reynaldo Soares da Fonseca, como coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região (JEFs).

A apresentação ocorreu no gabinete da Presidência e contou com a presença de desembargadores e juizes federais, dirigentes e servidores do Tribunal. Na ocasião, o presidente Cândido Ribeiro parabenizou os magistrados pelas novas funções.

Já os diretores da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf) escolhidos, João Batista Moreira e Mônica Sifuentes, diretor e vice-diretora, respectivamente, assumirão as funções após o termino do período de férias do primeiro.

Os novos dirigentes, que exercerão os mandatos no biênio 2014-2016, foram indicados no dia 15 de maio, *ad referendum*, pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Cândido Ribeiro. Na mesma data, o presidente assinou a portaria com a indicação dos diretores e vice-diretores das seções e subseções judiciárias vinculadas ao TRF da 1.ª Região para o período de 1.º/6/2014 a 31/5/2016. ■

Confira a lista dos dirigentes indicados para as seções judiciárias



Seção Judiciária do Estado do Acre

Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida – Diretor do foro.
Juiz Federal Jair Araújo Facundes – Vice-diretor do foro.



Seção Judiciária do Estado do Amapá

Juíza Federal Livia Cristina Marques Peres – Diretora do foro.
Juiz Federal Anselmo Gonçalves da Silva – Vice-diretor do foro.



Seção Judiciária do Estado do Amazonas

Juíza Federal Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales – Diretora do foro.
Juíza Federal Ana Paula Serizawa Silva Podedworny – Vice-diretora do foro.



Seção Judiciária do Estado da Bahia

Juiz Federal Iran Esmeraldo Leite – Diretor do foro.
Juiz Federal Dirley da Cunha Júnior – Vice-diretor do Foro.



Seção Judiciária do Distrito Federal

Juiz Federal Rui Costa Gonçalves – Diretor do foro.
Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira – Vice-diretor do foro.



Seção Judiciária do Estado de Goiás

Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros – Diretor do foro.
Juiz Federal Carlos Roberto Alves dos Santos – Vice-diretor do foro.



Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Juiz Federal Ronaldo Castro Destêrro e Silva – Diretor do foro.
Juiz Federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo – Vice-diretor do foro.

Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Juiz Federal Marcelo Meireles Lobão – Diretor do foro.
Juiz Federal Roberto Luis Luchi Demo – Vice-diretor do foro.

Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes – Diretor do foro.
Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes – Vice-diretora do foro.

Seção Judiciária do Estado do Pará

Juiz Federal Arthur Pinheiro Chaves – Diretor do foro.
Juíza Federal Lucyana Said Daibes Pereira – Vice-diretora do foro.

Seção Judiciária do Estado do Piauí

Juiz Federal Daniel Santos Rocha Sobral – Diretor do foro.
Juiz Federal Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira – Vice-diretor do foro.

Seção Judiciária do Estado de Rondônia

Juiz Federal Tales Krauss Queiroz – Diretor do foro.
Juiz Federal Dimis da Costa Braga – Vice-diretor do foro.

Seção Judiciária do Estado de Roraima

Juiz Federal Wagner Mota Alves de Souza – Diretor do foro.
Juíza Federal Clara da Mota Santos Pimenta Alves – Vice-diretora do foro.

Seção Judiciária do Estado do Tocantins

Juíza Federal Denise Dias Dutra Drumond – Diretora do foro.
Juiz Federal Waldemar Claudio de Carvalho – Vice-diretor do foro.





JUSTIÇA FEDERAL



Justiça Federal de Anápolis/GO inaugura 2.ª Vara e nova sede

NOVA UNIDADE JULGADORA GARANTIRÁ MAIS EFETIVIDADE AO ATENDIMENTO DOS JURISDICIONADOS COM MAIOR CONFORTO

▼ MARA BESSA

O município de Anápolis, primeiro no *ranking* de competitividade e desenvolvimento do estado de Goiás, e mais 11 municípios da região foram contemplados, no dia 30 de maio, com mais uma vara federal. A ampliação do acesso de mais de 700 mil pessoas, residentes na região, aos serviços da Justiça Federal foi concretizada com a instalação, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, da 2.ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Anápolis. Na ocasião também foi inaugurada a nova sede do órgão, que passa a contar com instalações mais adequadas para atender à demanda dos usuários e para comportar os cerca de 18 mil processos atualmente em tramitação na subseccional. No novo espaço, a 2.ª Vara irá atuar com competência geral e de Juizado Especial Cível e Criminal.

Durante seu discurso, o presidente Cândido Ribeiro falou da satisfação de instalar a vara, principalmente em razão do desenvolvimento da região por ela assistida, que ocorrerá a partir de agora também em virtude da inauguração do trecho de 855km da Ferrovia Norte-Sul - realizada no dia 22 de maio - e que liga Anápolis (GO) a Palmas (TO). "Hoje tenho enorme satisfação em inaugurar a 2.ª Vara da Subseção de Anápolis. E esta satisfação é ainda maior por ser Anápolis ponto central deste grande continente - o Brasil - e que agora estará ligado definitivamente ao Sudeste e ao Norte", afirmou o presidente. Segundo o desembargador, a ferrovia possibilitará o escoamento de tudo o que for produzido no rico estado de Goiás.

Ele também ressaltou a importância da instalação da vara para Anápolis e para os municípios jurisdicionados



FOTOS MAURO PUTINI

Prefeito João Batista Pinto; diretora da Subseção, Iolete Fialho de Oliveira; diretor do foro da SJ/GO, Mark Yshida; e presidente Cândido Ribeiro realizam desenlace da fita inaugural da nova sede



Autoridades descerram placa de inauguração das novas instalações.

durante o ato de posse dos servidores que irão exercer suas atividades na recém-instalada vara, a ser dirigida pelo juiz federal Gabriel Brum Teixeira. “Hoje é um dia especial para a Subseção de Anápolis, que sempre foi sobrecarregada com muitos feitos, pois o município é um polo comercial, estudantil e farmacêutico, e ainda um entreposto na beira da Rodovia Belém-Brasília. A 2.ª Vara vai ajudar a distribuir justiça nesta região”, concluiu o desembargador.

O presidente parabenizou os novos servidores e falou da responsabilidade que agora assumem. “A nossa expectativa é que os senhores se dediquem, que gostem do trabalho e da Casa que passarão a servir. E, servindo à Casa, estarão servindo à nossa sociedade”, completou.

A necessidade de ampliar as instalações da subseção em virtude do desenvolvimento da região foi confirmada também pelo diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás, juiz federal Mark Yshida Brandão. “Acredito que a instalação da 2.ª Vara Federal em Anápolis e a mudança para estas amplas instalações, que hoje estamos inaugurando, sejam mais um passo para acompanhar o desenvolvimento irrefreável desta cidade e oferecer uma prestação

jurisdicional à altura de seu auspicioso futuro, movidos pela mesma fé que embalou os sonhos dos pioneiros do passado e instigados pelos desafios que o presente nos propõe”, finalizou o magistrado.

A nova sede da Subseção possui mais de 3.000m² de área construída e conta com diversas melhorias em relação à sede anterior, como sala de perícia, amplo espaço destinado ao arquivo judicial, sala de cursos, acréscimo de uma sala destinada à Distribuição, ampliação do espaço destinado ao CPD, entre outras vantagens.

O prefeito de Anápolis, João Batista Gomes Pinto, falou das características do município, que possui diversificada indústria farmacêutica, e cuja economia está voltada para a indústria de transformação, medicamentos, comércio atacadista, indústria automobilística e também para a educação. Ele lembrou que a Subseção de Anápolis é a primeira das subseções de Goiás a possuir duas varas federais, o que irá duplicar o número de servidores e aumentar a eficiência da prestação jurisdicional.

A mesa de honra da solenidade foi composta pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Cândido Ribe-



FOTOS: MAURO PUNNI

Magistrados e servidores recém-empossados na Subseção Judiciária de Anápolis



A vara inaugurada conta com amplas e adequadas instalações para abrigar a demanda processual

ro; pelo diretor do foro da SJGO, Mark Yshida Brandão; pela diretora da Subseção Judiciária de Anápolis, juíza federal Iolete Maria Fialho de Oliveira; pelo juiz federal Gabriel Brum Teixeira; pelo prefeito de Anápolis, João Batista Gomes Pinto; pelo presidente da Câmara Municipal de Anápolis, Luiz Santos Lacerda; pelo representante do procurador-chefe do Ministério Público Federal do estado de Goiás, Rafael Paula Costa; e pelo representante da OAB/Seção Goiás e Seccional Anápolis, secretário-geral adjunto Jorge Henrique Elias.

Estiveram presentes à inauguração o diretor do foro, em exercício, da Seção Judiciária do Distrito Federal, juiz federal Rui Costa Gonçalves; os juízes federais Paulo Ernane Barros e Carlos Humberto de Souza; o diretor do foro, em exercício, da Comarca de Anápolis, juiz de direito Johnny Ricardo de

Oliveira Freitas; o diretor do foro Trabalhista do município, juiz do trabalho Sebastião Alves Martins; o representante do procurador-geral do estado de Goiás, procurador do estado em Anápolis, Luiz Carlos Mendes; o procurador-chefe da União em Goiás, Celmo Ricardo Teixeira da Silva; a procuradora-chefe da Fazenda Nacional em Goiás, Adriana Gomes de Paula Rocha e a procuradora da seccional da Fazenda Nacional de Anápolis, Renata Branquinho Cardoso da Mota, entre outras autoridades.

A solenidade foi prestigiada ainda pelo diretor-geral do Tribunal, Carlos Frederico Bezerra, pelo secretário-geral da Presidência, Deyr Gomes Júnior, pela diretora da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro do Tribunal (Secor), Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana; por servidores da Subseção e convidados. ■

Vem de bike que é legal

PROJETO INCENTIVA USO DE BICICLETAS COMO MEIO DE TRANSPORTE PARA O TRABALHO

▀ JÚLIO CÉSAR LEMES/MC

O Dia de Ir de Bike ao Trabalho foi comemorado nacionalmente em 9 de maio. O TRF da 1.ª Região aderiu ao movimento e lançou, na mesma data, o projeto “Vem de bike que é legal!”, que tem por objetivo apoiar e incentivar o uso de bicicletas, pelo corpo funcional do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, como meio de transporte no deslocamento para o trabalho. Para isso, o Tribunal oferece estrutura física adequada aos ciclistas – paraciclos dentro das garagens de edifícios do órgão –, além de disponibilizar vestiários com chuveiros e armários no Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral.

O evento de lançamento do projeto contou com a presença da vice-presidente do Tribunal, desembargadora federal Neuza Alves; da diretora da Secretaria de Bem-Estar Social, Ionice de Paula Ribeiro; de dirigentes e servidores do TRF. “O projeto abre uma expectativa de melhoria de vida com relação à qualidade de vida e possibilita o incremento à saúde física. Já nasce vitorioso”, elogiou a vice-presidente Neuza Alves ao afirmar ainda que “promove a união dos servidores, terceirizados e estagiários em torno de um ideal, de um objetivo”.

Na ocasião, a diretora da Secbe, Ionice Ribeiro, parabenizou a Divisão de Assistência à Saúde do Tribunal, por meio do Setor de Serviço Social (Setsoc) na pessoa da supervisora Ângela Paes, pela concepção do projeto. Disse ainda que a Secbe, por meio de todas suas unidades, prestará apoio a todos aqueles que se interessarem em realizar o deslocamento, de bicicleta, ao Tribunal. Também foi distribuído material educativo sobre o uso da bicicleta como meio de transporte – folhetos, manuais e adesivos – além de camisetas e garrafas de água.

Bonde dos Ciclistas - A manhã do dia 9 foi especial para alguns servidores do Tribunal, que, com muita disposição e energia, pedalarão do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrefufe), localizado no Setor de Clubes Sul de Brasília, até o Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral, no TRF. A iniciativa, chamada de “Bonde dos Ciclistas”, inaugurou a primeira ação do projeto e teve como objetivo conscientizar o corpo funcional da importância do movimento, não só para o meio ambiente mas também para a saúde. Durante o percurso, o grupo contou com a participação e a orientação de dois experientes ciclistas convidados e levou apenas meia hora para chegar até o Ed. Anexo III do Tribunal, onde deixaram as bicicletas. Cleber Sousa, Marcelo Coutinho e Ricardo de Araújo Bezerra, da Secin, participaram do bonde. “Eu aceitei logo; qualquer desculpa para pedalar é válida”, conta Ricardo. Energia e disposição também não faltaram a Cleber. Morador de Taguatinga, ao receber o convite, não teve dúvidas: “trouxe a bicicleta no metrô”, declarou.

A assessora do gabinete do desembargador federal Souza Prudente, Rosana Baiôco, também participou da pedalada e acredita que a iniciativa serviu de motivação para aqueles “que querem começar a pedalar como forma de deslocamento, mas não sabem como dar o primeiro passo”, afirmou Rosana. ■

MAURO PUTINI





Rio Preguiças

POR aí



Contra a luz



Margem do rio



Esmeralda



Pôr do sol



Palafita



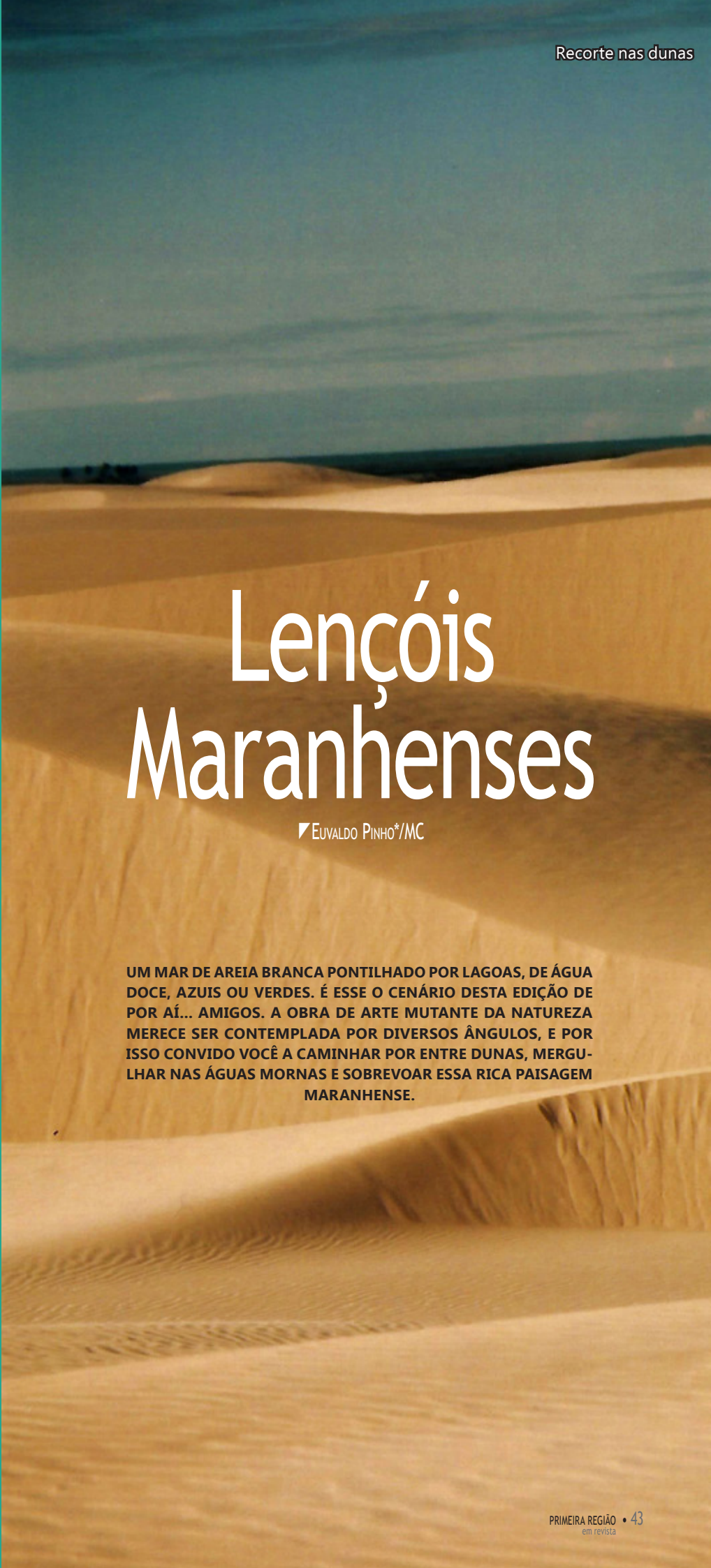
Sobrevo



Do alto da duna



Recorte nas dunas



Lençóis Maranhenses

▼ EUVALDO PINHO*/MC

UM MAR DE AREIA BRANCA PONTILHADO POR LAGOAS, DE ÁGUA DOCE, AZUIS OU VERDES. É ESSE O CENÁRIO DESTA EDIÇÃO DE POR AÍ... AMIGOS. A OBRA DE ARTE MUTANTE DA NATUREZA MERECE SER CONTEMPLADA POR DIVERSOS ÂNGULOS, E POR ISSO CONVIDO VOCÊ A CAMINHAR POR ENTRE DUNAS, MERGULHAR NAS ÁGUAS MORNAS E SOBREVOAR ESSA RICA PAISAGEM MARANHENSE.

O município de Barreirinhas, no norte do estado do Maranhão, é o portão de entrada para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. É de lá que partem os principais passeios para o cenário paradisíaco formado pelas dunas. Dentro do parque é permitido o tráfego de veículos 4x4 autorizados, acompanhados de guias experientes e credenciados. A mesma orientação também vale para aqueles que desejam fazer as trilhas a pé.

O trabalho esculpido pela natureza é majestoso nos Lençóis. Resulta da harmonia entre o desenho que o vento escolhe para a areia branca e a gentileza da chuva ao formar lagoas de água doce. As dunas chegam até os 40 metros de altura e exigem uma escalada dos turistas aventureiros. Recomendo que os passeios para a Lagoa Azul e para a Lagoa Bonita sejam feitos à tarde e alerta para o seguinte: o que por alguns instantes vai parecer sacrifício torna-se recompensa maior com a chegada do fim de tarde, iluminada pelo dourado do pôr do sol.

O período de junho a setembro é a época ideal para exploração da paisagem, pois as lagoas estão completamente cheias e é quando se formam outras menores ao redor das maiores. A área protegida pelo parque não tem infraestrutura adequada, o que exige que se leve água e comida para os passeios. Ainda assim, a consciência de proteção e preservação ao meio ambiente está presente e não há resíduos de lixo pelo caminho.

Praias desertas e um rio de águas calmas compõem o cenário. O passeio de barco pelo rio Preguiças é maravilhoso e segue margeando mangues, buritizais e igarapés. Se me permitirem, indico para este roteiro paradas nas dunas e lagoas dos Pequenos Lençóis, no farol Mandacaru e em Atins na foz do rio. Dali, o banho na praia de Lençóis – com quase 70 quilômetros de extensão – é imperdível. A praia é praticamente deserta, e a beleza é inexplicável.

O sobrevoo pelas dunas também é outra atração. Realizado em um monomotor e por pilotos experientes, requer um considerável nível de adrenalina dos mais aventureiros. Lá de cima a visão é grandiosa. A imensidão das dunas e das lagoas é uma outra versão do espetáculo visto em terra. Recordei-me da beleza de Mangue Seco na Bahia.

Hospedagem em Lençóis não é problema. Sugiro que as reservas sejam feitas com antecedência. A gastronomia local é outro atrativo. Os restaurantes que ficam ao redor dos Lençóis Maranhenses oferecem como "carro-chefe" camarões sempre fresquíssimos, e que ganham molhos de frutas típicas, guarnecidos com angu ou com pirão feito com a farinha tradicional da região.

Boa viagem e até a próxima!!!! ■

*Euvaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA e colaborador da revista
Fotos e legendas do autor



Recorte nas dunas



Ribeirinhos



Meio de transporte



Lengóis Maranhenses



Sobrevo



Texturas



Bucólica



GOIÁS

Justiça autoriza estudante a permanecer matriculada em dois cursos de instituições de ensino públicas

▼ POR CARLOS EDUARDO - SECOS/GO

Estudante matriculada em dois cursos de graduação em instituições de ensino públicas impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato do reitor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, da coordenadora de registros acadêmicos e estudantes e do diretor-geral do *campus* de Uruaçu, objetivando que os impetrados se abstenham de cancelar qualquer uma das matrículas nos cursos de graduação frequentados pela impetrante, na forma pretendida pelas autoridades coatoras.

A impetrante cursa o 5.º e último ano do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Goiás, mas, em 2013, tendo em vista a criação de uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (IFG), em Uruaçu, e o surgimento do curso de Engenharia Civil, prestou vestibular e garantiu a vaga no referido curso, com o qual sempre sonhara frequentar e cursar, estando, atualmente, no 3.º período da referida graduação.

Em 29 de abril deste ano foi comunicada que, por força do art. 2.º da Lei n.º 12.089/09, teria que apresentar, no prazo máximo de cinco dias úteis, termo de cancelamento de matrícula do curso de graduação em Ciências Contábeis da UEG ou então assinar o termo de cancelamento de matrícula no curso de Engenharia Civil do IFG.

Ao argumento do IFG de que a requerente omitira já estar matriculada na UEG, a estudante aduziu que não foi comunicada de forma clara sobre o conteúdo da declaração e, “por inocência e inexperiência, prestou a declaração sem ter pleno e total conhecimento do conteúdo”.

O juiz federal Jesus Crisóstomo de Almeida, titular da 2.ª Vara, antecipou que, ao aplicar a lei, o operador do direito deve pautar-se pelos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade para fazer com que a lei atinja o objetivo que o ordenamento jurídico almeja. “Ao editar a Lei n.º 12.089/09 objetivou-se impedir que a mesma pessoa se beneficiasse, por duas vezes, do ensino superior gratuito, visando, com isso, proporcionar vagas em instituições gratuitas a um maior número possível de alunos,” esclareceu o magistrado.

Jesus Crisóstomo ponderou não ser razoável impedir o prosseguimento dos estudos – sejam os de Ciências Contábeis, em que a autora se encontra no último ano, sejam os de Engenharia, em que cursa o terceiro semestre.

No seu entendimento, depois de todo o tempo já dedicado aos dois cursos, o cancelamento de uma das matrículas será um prejuízo maior para o Estado e não trará benefício algum para a coletividade, uma vez que estaria por impossibilitar a impetrante de receber o diploma e ingressar no mercado de trabalho e, por consequência, transmitir os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de estudo nessas instituições.

O magistrado apoiou sua convicção em julgados de casos semelhantes dos Tribunais Regionais Federais da 1.ª e da 5.ª Regiões.

Assim, em virtude da inércia da Administração do IFG, que demorou um ano e meio para perceber a dupla matrícula, e com respaldo nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o julgador deferiu a liminar por entender que a impetrante faz jus a permanecer matriculada nos cursos de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e de Engenharia Civil, ministrado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (IFG). ■

Processo n.º 1660-34.2014.4.01.3505

RONDÔNIA

Justiça Federal condena União a construir poços artesanais em terra indígena

▼ POR SERPA AMARAL - SECOS/RO

No julgamento de ação civil pública movida pelo Ministério Público, a 1.ª Vara da Justiça Federal de Rondônia condenou, no dia 20 de maio, a União a construir poços artesanais nas aldeias Central, Nova e Buriti, localizadas nas comunidades da Terra Indígena Kaxarari. Além disso, a União também foi condenada a aperfeiçoar os poços já instalados nas aldeias Pedreira, Barrinha, Paxiúba e Marmelinho e a instalar fonte alternativa de energia para o funcionamento de bombas hidráulicas ou de equipamentos que permitam o armazenamento de energia captada pela luz solar. Os índios Kaxarari habitam a fronteira entre Rondônia e Amazonas, nas proximidades da Rodovia Federal BR-364, com cerca de 2 mil indivíduos. De 1910 até o início da década de 1980, devido a violentos ataques de caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros e à ocorrência de epidemias, os índios tiveram sua população reduzida a menos de 200 pessoas.

Segundo a Procuradoria da República, há falta de água em sete aldeias indígenas: Pedreira, Paxiúba, Barrinha, Marmelinho, Central, Nova e Buriti. Inquérito civil público apurou que havia problemas de abastecimento na tribo indígena Kaxarari. Devido à péssima qualidade da água, os moradores das aldeias apresentam diarreia, vômitos e parasitoses com frequência. Em algumas dessas comunidades, o poço de água é do tipo “amazonas” ou cisterna, vindo a secar durante o período de estiagem devido à pouca profundidade da perfuração. Na aldeia Marmelinho, a equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) levou a bomba que extrai água do poço no início do ano para troca ou conserto, mas o equipamento ainda não foi restituído à comunidade. Na aldeia de Buriti, não há poço para extração de água, sendo consumida água de um igarapé aparentemente limpo, cuja nascente encontra-se próxima à aldeia e nos limites das terras indígenas. A União tem o prazo de 120 dias para implementar as determinações da Justiça. ■

Processo nº: 11171-85.2012.401.4100



INTERNET

TOCANTINS

Justiça Federal determina prorrogação de registro provisório de médicas formadas em instituição que aguarda credenciamento no MEC

▼ POR FERNANDA SOUSA - SECOS/TO

Em decisão proferida no dia 13 de maio, a Justiça Federal de Tocantins reiterou entendimento jurisprudencial no sentido de que a tramitação burocrática do reconhecimento de curso do ensino superior não pode ser motivo para impossibilitar o profissional de exercer sua atividade.

A decisão é do juiz federal titular da 2.^a Vara Federal, Waldemar Claudio de Carvalho, que deferiu liminar impetrada por duas médicas, recém-formadas em Minas Gerais, que pleiteavam a prorrogação do prazo de validade de suas inscrições provisórias no CRM-TO.

Nos autos, as profissionais narraram que, após concluírem o Curso de Medicina no Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) – instituição que aguarda seu credenciamento no Ministério da Educação (MEC) –, conseguiram o registro provisório no CRM-MG.

Relataram ainda que, após terem sido aprovadas na residência médica da Universidade Federal do Tocantins, solicitaram a inscrição provisória no CRM-TO e que o pedido foi deferido pelo prazo de 90 dias. No entanto, esse prazo não foi suficiente para a conclusão da tramitação burocrática do credenciamento do curso no MEC.

Com esses argumentos, as profissionais haviam solicitado ao CRM-TO a prorrogação de seus registros provisórios, o que foi indeferido por aquele órgão, sob a alegação de que o MEC somente expediria os diplomas após o reconhecimento do curso.

Ao analisar o pedido, a Justiça Federal tomou como base outras decisões de 2.^a instância favoráveis à possibilidade de inscrição em conselho profissional dos portadores de diploma de curso superior, ante a demora no reconhecimento do curso pelo MEC.

Para o titular da 2.^a Vara, pendências burocráticas entre o MEC e a instituição de ensino superior não podem prejudicar os terceiros de boa-fé. “Não se pode exigir do profissional que aguarde, estagnado no mercado de trabalho, a conclusão do processo de reconhecimento do curso (...). Trata-se, na verdade, do direito ao livre exercício da profissão, que encontra suporte na Lei Maior”, fundamentou o magistrado. ■

Processo nº: 0004286-66.2014.4.01.4300



INTERNET

PIAUI

Regime disciplinar da OAB não se aplica a defensores públicos federais

▼ POR VIVIANE BANDEIRA - SECOS/PI

A Justiça Federal do Piauí, em sentença proferida no dia 20 de maio, assegurou a inaplicabilidade do regime disciplinar da OAB a defensores públicos federais e determinou que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Piauí, o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PI e quaisquer outras autoridades que exerçam funções públicas com participação da OAB/PI se abstenham de praticar atos tendentes a promover, em desfavor dos defensores públicos federais, quaisquer medidas administrativas de cunho disciplinar.

O texto decisório ressalta que o “art. 134, § 1º, da Constituição Federal não somente autoriza mas preceitua a adoção de um estatuto próprio em favor da Defensoria Pública, à semelhança do que ocorre em relação à Magistratura (art. 93, da CF), Ministério Público (art. 127, § 2º), Advocacia-Geral da União (art. 131), Forças Armadas (art. 142, § 1º) etc., determinando ainda que se faça por meio de Lei Complementar. De tal determinação constitucional, adveio a Lei Complementar nº 80/94, a qual organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, dando outras providências, estabelecendo os direitos, prerrogativas, garantias, impedimentos, deveres, proibições, impedimentos e responsabilidade funcional dos defensores públicos federais (art. 39 e ss.), prevendo ainda as infrações e sanções disciplinares (art. 50), tudo à semelhança do estatuto da OAB e dos demais regimentos jurídicos que disciplinam atividades profissionais regulamentadas”.

A sentença destaca ainda que o art. 11 da Lei Complementar nº 80/94 diz, textualmente: “Art. 11. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Defensoria Pública da União”.

Assim, de acordo com a sentença, “não há dúvida de que os defensores públicos possuem estatuto jurídico próprio, inclusive no que se refere ao controle de sua atuação sob a perspectiva funcional-disciplinar. Nessas condições, considerando que o legislador, valendo-se do poder-dever que lhe atribuiu a Constituição Federal, entendeu de adotar um regime funcional (profissional) específico relativamente à categoria dos defensores públicos, inexistente razão para submetê-los igualmente ao EOAB”.

Na mesma sentença, foi indeferida a solicitação da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) para que a inscrição de seus associados nos quadros da OAB/PI fosse facultativa.

Segundo o texto decisório, “não há como os associados da ora pleiteante condicionarem a sua inscrição na OAB/PI à mera conveniência pessoal, ingressando quando possuírem algum interesse, como, por exemplo, a possibilidade de concorrer no quinto constitucional para investidura nos tribunais, e, de outro lado, rechaçando quaisquer atitudes disciplinares que possam vir a ser tomadas pela entidade contra os mesmos associados, sob a alegação, repise-se, de que são submetidos à legislação própria”. ■

Processo nº: 18808-96.2012.4.01.4000



Feminino

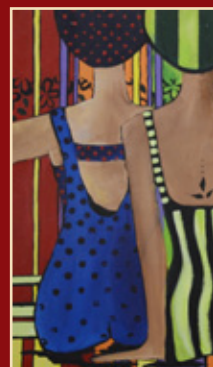
▼ ALINE OLIVEIRA/MC

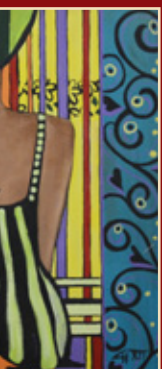
A exposição "Feminino", da artista plástica Christiane Contreiras, abriu o calendário de exposições de 2014 no Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Quem passou pelo *hall* do Edifício-Sede I, no período de 19 a 30 de maio, pôde apreciar uma mostra com 38 telas.

Psicóloga há 24 anos, e pintora há 12, Christiane produz pinturas ligadas ao mundo feminino e utiliza a técnica acrílica sobre tela. A motivação da artista surgiu da vontade de querer fazer algo como terapia. Ela se dedica à arte de pintar como *hobby*: "Hoje, a pintura é diversão pura", afirma.

Christiane acredita que as pessoas devem dedicar-se a qualquer atividade que também lhes proporcione lazer. "Todos deveriam ter obrigação com o prazer", defende. A primeira exposição do seu trabalho foi aqui no Tribunal há cerca de 10 anos. As obras da artista já foram apresentadas em Nova York, Budapeste, Amsterdã e Haia. ■

Contato: ccontreiras@hotmail.com





A massagem como tratamento

SERVIDORES RECORREM À MASSOTERAPIA PARA ALIVIAR O ESTRESSE
E BUSCAR QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO



INTERNET

O que você faz quando sente dor? A primeira ação do ser humano ao sentir um desconforto é tocar o corpo na região dolorida e friccioná-la para aliviar o incômodo. E foi exatamente desse modo quase instintivo que nasceu a massagem! As antigas civilizações utilizavam esse método para tratar as dores, e com isso incluíam ervas medicinais e óleos para completar o tratamento. Hoje, esse método ainda é bastante utilizado e vem sendo cada vez mais incrementado com o surgimento de diferentes técnicas para cada tipo de dor corporal*.

Enfrentar situações complicadas no dia a dia, lidar com a crescente demanda de trabalho e com preocupações na vida particular e familiar são fatores que fazem aumentar o nível de estresse da população mundial, mais e mais sufocada pelas cobranças e pressões do mundo moderno.

Pois é no conhecimento das civilizações antigas que órgãos públicos e empresas privadas buscam alternativas simples nessa seara, investindo em espaços próprios para as sessões de massagens com o objetivo de oferecer mais qualidade de vida para o corpo funcional. De acordo com pesquisas realizadas pelo portal Bergovisit - Massagem e Treinamento, 20% da população mundial recorre às terapias holísticas, como a massagem, para tratamento.

Para aliviar a rotina estressante de magistrados e servidores, o TRF1, por meio do programa de Qualidade de Vida da Casa, Vida Legal, oferece massoterapia aos servidores interessados. “As massagens têm sido de fundamental importância para amenizar dores, tensão dos ombros, redução do nível de estresse e do cansaço do dia a dia”, explica Maria Dalva dos Santos, servidora e coordenadora do Espaço Bem-Estar ao destacar, também, a importância do tratamento no local de trabalho.

Segundo a coordenadora, os benefícios da massoterapia vão além de um momento de relaxamento físico, pois emocionalmente colaboram para o aumento da autoestima e para a melhor absorção do oxigênio pelo organismo.

O servidor do Tribunal Marcelo Dutra (foto), lotado na Divisão de Assistência e Negócios (Diane), faz uma sessão de 50 minutos de massagem relaxante a cada semana. Para ele, a terapia ajuda a aliviar as dores na coluna: “Comecei



MAURO PUTINI

Conheça as modalidades oferecidas pelo Tribunal e os benefícios de cada uma delas

DRENAGEM LINFÁTICA: Essa massagem realizada com manipulação suave promove a drenagem dos vasos linfáticos. É indicada para pessoas que sofrem de retenção de líquido e de inchaços. É também bastante indicada para gestantes após o terceiro mês de gravidez.

SHIATSU: (shi = dedo - atsu = pressão): Técnica de massagem oriental utilizada para manter o equilíbrio entre o corpo e a mente. Consiste na compressão de vários pontos dos meridianos (caminhos de energia que percorrem o corpo) utilizando as pontas dos dedos ou as mãos. Os toques estimulam ou sedam a energia acumulada e melhoram o funcionamento dos órgãos de acordo com a necessidade de cada um.

TUI-NÁ: Tradicional da medicina chinesa, fundamenta-se na teoria dos cinco elementos: água, fogo, terra, madeira e metal que simbolizam os órgãos internos. O diagnóstico avalia esses cinco princípios, que se manifestam nos níveis físico e psíquico; enquanto o tratamento busca reconduzi-los ao equilíbrio por meio de massagens nos meridianos e pontos de reflexos nos pés.

AYURVEDA: AYU significa vida e VEDA significa conhecimento ou ciência. A massagem Ayurveda estimula os músculos e a circulação, liberando as toxinas presas.



INTERNET

REFLEXOLOGIA: Utiliza a pressão dos pés em pontos específicos, mas que se reflete em todas as partes do corpo. A Reflexologia ensina que existe uma energia vital que circula pelos órgãos do corpo, e suas manobras têm por objetivo dissipar os bloqueios energéticos no corpo.

QUICK MASSAGE: Nessa modalidade, os movimentos se concentram em áreas de alta tensão do pescoço, das costas, dos ombros, dos braços e das mãos. A massagem é realizada em uma cadeira especial.



MASSAGEM RELAXANTE: Reúne movimentos suaves e firmes por todo o corpo. Proporciona o relaxamento da musculatura e alivia as tensões e o estresse. Promove a melhora na circulação sanguínea, aumenta o fluxo de nutrientes, remove substâncias tóxicas das células prejudiciais ao organismo.

TERAPIA HOLÍSTICA: É a terapia que, em vez de tratar apenas os sintomas físicos, trata o ser humano como um todo: o físico, o energético, as emoções, a mente (os pensamentos, crenças) e a parte espiritual, pois entende que cada um desses níveis afeta o outro. É o mesmo que terapia alternativa. Relaxamento, bem-estar, paz interior, autoestima, autoconfiança, alegria, segurança, disposição, alívio de dores, desaparecimento de sintomas. Fonte: Associação Nacional dos Terapeutas.

a fazer sessões porque eu tenho hérnia de disco e fico muito tempo em frente ao computador, o que acaba tencionando várias regiões da musculatura. A massagem relaxante ajuda muito no alívio das dores intensas que eu sinto". Para Marcelo, os benefícios, além do alívio das dores, reduzem o nível de ansiedade dele; pois reconhece: "Eu sou muito ansioso".

O estresse e as dores têm motivado um número maior de pessoas a procurarem o serviço de massagem oferecido pelo Tribunal. De acordo com Maria Dalva, em março e abril foram realizados cerca de 210 atendimentos. Para suprir a procura crescente, o Espaço oferece atualmente oito modalidades de massagem. "A mais procurada é a Quick, por ser rápida e trabalhar bem o estresse dos ombros e das dores nas costas, durando de 15 a 20 minutos. Esse tipo é justamente para quem não tem tempo de realizar outras massagens mais longas", afirma Dalva.

Há três anos a servidora Liana Raimundo, da Secretaria de Controle Interno (Secoi), faz sessões de Massagem Expressa no Tribunal a fim de amenizar as tensões musculares geradas durante o expediente de trabalho. De acordo com Liana, a permanência em frente ao computador é fator de grande peso para o desconforto e exige pausa para o relaxamento. "Além de reduzir as tensões musculares,

a massagem desacelera o organismo e a mente que, para trabalhar, melhora a concentração", diz a servidora.

Também muito procurada pelas mulheres, a drenagem linfática é outra técnica de massagem. "Estimula a regeneração dos tecidos, melhora o sistema imunitário, combate a celulite e a gordura localizada e, ainda, melhora a ação anti-inflamatória do organismo", explica a massoterapeuta Luiza Silva (foto). "Além desses benefícios, ela (essa massagem) pode amenizar os desconfortos que surgem durante os períodos pré e pós-menstruais, atuando na dor causada pela retenção do líquido decorrente das alterações hormonais", completa a técnica em drenagem linfática. ■



*Fonte: pesquisa realizada no site <http://www.massagempb.com/historia.html> no dia 29 de maio de 2014



UMA ARMA DO FUNDO DO MAR CONTRA A AIDS

Pesquisadores do National Cancer Institute, dos Estados Unidos, identificaram em corais localizados na costa norte-australiana um grupo de proteínas que mostrou uma impressionante potência contra o micro-organismo. Os cientistas já planejam utilizá-las inclusive em géis e lubrificantes íntimos usados por mulheres para ajudar na prevenção da infecção pelo HIV. "Elas se ligam ao vírus, evitando que ele penetre a membrana das células T", explicou Koreen Ramessar, participante do estudo. "Isso é completamente diferente do que havíamos visto até agora com outras proteínas. Elas têm um mecanismo único de ação." O objetivo dos cientistas agora é conseguir produzir as substâncias em larga escala. Eles sabem que não podem continuar a extraí-las dos corais, por uma questão de preservação ambiental.

Isto é

9/maio/2014 /

CIGARRO ELETRÔNICO É MAIS EFICAZ DO QUE ADESIVO E CHICLETE DE NICOTINA, DIZ ESTUDO

A proposta do cigarro eletrônico é oferecer nicotina sem expor o indivíduo aos prejuízos da queima do fumo (e das substâncias cancerígenas derivadas do tabaco). O estudo foi publicado na terça-feira (20 de maio) no periódico *Addictions*. Ele se baseou nos dados de fumantes que tentaram abandonar o tabagismo entre julho de 2009 e fevereiro de 2014. Segundo os resultados, 20% das pessoas que tentaram parar de fumar com a ajuda de cigarros eletrônicos tiveram sucesso. Entre aquelas que contaram apenas com a força de vontade, essa taxa foi de 15,4%, e entre as que usaram adesivo ou chiclete de nicotina, 10%.

Veja

20/maio/2014



REPRODUÇÃO

DÉFICIT DE ATENÇÃO: 8 SINAIS AOS QUAIS OS PAIS DEVEM FICAR ATENTOS

Há um grande número de crianças com a doença, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Segundo dados da Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), cerca de 3% a 5% das crianças brasileiras sofrem de TDAH, das quais de 60% a 85% permanecem com o transtorno na adolescência. É preciso enfrentá-la cedo. Quando não diagnosticada e tratada, pode trazer sérios prejuízos a curto e longo prazo. Confira abaixo oito desses sintomas que, quando aparecem com frequência e em mais de um ambiente (escola e casa, por exemplo), podem servir como um alerta de que chegou a hora de procurar ajuda profissional. Distração, Perda de objetos, Falta de concentração na lição escolar, Movimentação constante, Brincadeiras e passeios agitados, Falta de paciência, Desatenção e Impulsividade.

Veja

21/maio/2014



REPRODUÇÃO

MENINAS CRIAM APP PARA AJUDAR VÍTIMAS DE EXPOSIÇÃO SEXUAL NA WEB

Diante da ocorrência de um grande número de casos de constrangimento a meninas após o vazamento de fotos íntimas na *internet*, jovens entre 16 e 18 anos decidiram usar a própria tecnologia que possibilita o abuso contra ela. Idealizaram um aplicativo para servir como espaço seguro para que jovens alvos da prática possam entrar em contato com outras vítimas, buscar informações e discutir temas relativos à pornografia de vingança. Em um vídeo, disponibilizado na página do projeto no Facebook, explicam que pretendem, por meio da ferramenta, distribuir informações para que as vítimas da pornografia de vingança possam aprender a se proteger legalmente desse tipo de abuso. Além de servir como uma ponte virtual entre jovens traumatizadas pela prática, o aplicativo também visa a estimular a organização de grupos de discussão presenciais para combater práticas como *bullying* e misoginia entre jovens, por meio de embaixadoras locais.

O Globo

22/maio/2014





Mulher, Tome Partido!

Em prol da vida, o Brasil e o mundo carecem das mulheres. O século XX marcou a entrada das mulheres na esfera da política. No Brasil, as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem votadas em 1932.

A partir dos propósitos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijin no ano de 1995, que legitimou o uso da política de cotas em âmbito mundial, o Brasil adotou um sistema de cotas partidárias por sexo em 1997, que se constituiu num instrumento incisivo de política de ações afirmativas. A Lei das Eleições (art. 10, § 3.º da Lei n.º 9.504/97) implementou uma discriminação positiva estabelecendo uma igualdade de oportunidades e seguindo uma perspectiva universal de reserva de no mínimo 30% e de no máximo 70% para candidaturas de cada sexo para os cargos proporcionais – deputado federal, estadual, distrital e vereador. O Brasil ocupa o 156.º lugar, num total de 188 países, em relação à representação da mulher no Poder Legislativo. No Congresso Nacional, menos de 9% dos parlamentares eleitos são mulheres.

A ascensão das mulheres na democracia brasileira é notável. Nas eleições de 1986 foram eleitas 26 deputadas federais para a Câmara dos Deputados. O Senado Federal só passou a contar com a presença feminina entre seus parlamentares em 1979, quando tomou posse a suplente de senador pelo estado do Amazonas. Apenas nos anos 1990 as mulheres foram eleitas como titulares para o Senado Federal, e somente em 1994 foi eleita a primeira governadora do País. Hoje, são duas governadoras, nove senadoras, 45 deputadas federais e 138 deputadas estaduais e distritais.

No primeiro turno das eleições de 2010, dois terços dos votos foram para as candidatas, e, no segundo turno, elegemos a primeira presidenta do Brasil. Em 2012, as mulheres chegaram a 7.630 vereadoras eleitas. Em 1992, as mulheres representavam 7,4% do parlamento municipal no País, totalizando 3.952 vereadoras. Também nas eleições para os executivos municipais houve um aumento de 504 prefeitas eleitas em 2008 para 657 em 2012. O número de mulheres no parlamento e no executivo cresceu consideravelmente em comparação com o das eleições anteriores.

Do ponto de vista da publicidade, no Brasil nunca se fez algo voltado para a participação das mulheres nas elei-

ções. A segunda minirreforma eleitoral (art. 93-A da Lei n.º 12.891/2013) autoriza o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a requisitar até dez minutos diários, no período compreendido entre 1.º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, para realizar propaganda, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação das mulheres na vida política. As campanhas publicitárias têm como objetivo convocar mulheres para a política como uma forma de redistribuição do poder.

Importante esclarecer que a publicidade convocando a participação feminina na política deve ser realizada em todo ano eleitoral e não somente nas eleições proporcionais para a qual há a reserva de vagas. O art. 93-A da Lei n.º 12.891/13 não está vinculado ao § 3.º do art. 10 da Lei n.º 9.504/97.

A população brasileira é formada, em sua maioria, por mulheres, que representam mais da metade do eleitorado. Todavia, no início do século XXI, as mulheres ainda se colocam quase que exclusivamente como eleitoras, e a conquista de posições enquanto “candidatas e eleitas” emerge como um dos grandes desafios. O êxito está em ter êxito e não em ter condições de êxito. É preciso que os partidos políticos apóiem realmente as candidatas a fim de que elas tenham condições de “efetivamente” se elegerem, e não apenas como um faz de contas (candidaturas fictícias) para preencherem a cota obrigatória.

Cumprir salientar que diferentemente do que se tem veiculado com frequência, especialmente nas conversas cotidianas, a reserva de vagas no parlamento não é para as mulheres, e sim para o sexo frágil, pois cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de “cada sexo”. A norma visa garantir um espaço mínimo de participação de homens e mulheres na vida política do País. É esperado o dia em que a cota mínima deverá ser preenchida por homens. Quando uma mulher entra na política, muda a mulher; mas quando várias mulheres entram na política, elas mudam a política. Todo poder às mulheres, e a esperança de um Brasil mais equilibrado! ■

*Mestre em Direito pela Unisal. Técnico Judiciário da Subseção de Vitória da Conquista/BA

COPADOMUNDO 2014

Confira como será o expediente da Justiça Federal da 1.ª Região durante a Copa

Não haverá expediente interno no TRF e nas seções judiciárias situadas em Brasília, Belo Horizonte, Cuiabá, Manaus e Salvador nos dias em que essas cidades sediarem partida de futebol de qualquer seleção mundial. Nas demais localidades que integram a Justiça Federal da 1.ª Região, em dias de jogos da Seleção Brasileira, o expediente será das 8h às 13h, e normal nos demais dias.

CIDADES-SEDE NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NOS DIAS:

BRASÍLIA

23, 26 E 30/6

BELO HORIZONTE

17, 26/6 E 8/7

CUIABÁ

13, 17 E 24/6

SALVADOR

13, 16, 20, 25/6 E 1.º/7

MANAUS

18 E 25/06



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br